OS ABORÍGINES DO CEARÁ (*)

CARLOS STUDART FILHO

2.ª PARTE
NOTÍCIAS HISTÓRICAS

A história das tribos selvagens que habitavam o Ceará, ao tempo em que ocorreu a conquista e o povoamento da terra pelos luso-brasileiros, continua a ser das mais obscuras e fragmentárias.

Não é que, nas crônicas e documentos dêsses idos, escasseiem notícias a respeito dos silvícolas. Bem ao contrário disso. Nos milhares de papéis antigos, trazidos à luz da publicidade pelo labor paciente e esclarecido do Barão de Studart, Antônio Bezerra, Perdigão de Oliveira e alguns outros abnegados historiógrafos patrícios, muitas são as referências ao íncola e às guerras que houveram de sustentar os brancos para expeli-los da Capitania ou sujeitá-los ao domínio da Coroa lusitana.

Nesse largo cabedal de informações há, porém, pouco material aproveitável para a completa elaboração da história social de cada grupo.

É que, em tais documentos, raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo comum encontrarem-se nêles, conforme hábito então corrente, o têrmo genérico tapuia, para significar hordas *Gês* e *Cariris, Tarairiús* e *Tremembés* e a palavra *índio, caboclo* ou *brasiliense* como designativo dos silvícolas pertencentes à família tupi.

Vem ainda tornar mais pesada a tarefa dos que desejam estudar, em seus detalhes, a vida, costumes e feitos bélicos dos nossos indígenas, o andarem as notícias, a êles referentes, tão esparsas que só à custa de muitos esforços e sacrifícios pode alguém inteirar-se delas e utilizá-las como elemento de trabalho.

Para obviar a êste estôrvo e como uma contribuição para o melhor conhecimento do interessante tema, traçamos o plano de co-

---

(x) Continuação da «Revista do Instituto do Ceará». Tomo LXXVI, Ano LXXVI. 1962.

ordenar, neste trabalho, os dados históricos e que, nos escritos antigos e modernos, se nos depararam acêrca de cada uma das tribos aborígines do Ceará e que nos pareçam mais dignos de serem registados.

Tentaremos, outrossim, demarcar os tratos de terra que senhoreavam. Claro está que tal delimitação nada tem de preciso, porquanto nem tôdas as hordas que aqui habitavam. tinham vida semi-sedentária e agricultavam. A maioría, ao que parece, levava existência irrequieta e nômade. embora se deslocassem, quase sempre, dentro de uma área territorial definida a que poderíamos chamar sua zona de caça.

A transmigração de índios das regiões vizinhas, ocorrida freqüentes vêzes durante o periodo colonial e mesmo em época mais recente, é outro fato que concorre para dificultar a solução dêste problema, solução que foi, aliás, tentada por vários dos nossos historiadores, notadamente Araripe e, mais próximo de nós, Thomaz Pompeu Sobrinho, em trabalho dado a lume na "Revista de Filologia".

Malgrado isso, êle permanece em aberto e é do mais alto interêsse. Sem o seguro conhecimento do assunto, ou seja, sem sabermos as áreas que senhoreavam as diferentes cabildas, seria, de certo modo, impossível dizer quais os fabricantes do copioso material arqueológico descoberto em nosso território e que constitui um fator de grande importância para o estudo das diferentes culturas indígenas.

* * *

Ao enumerarmos as cabildas cearenses é possível que cometamos erros, perpetuando as várias denominações de uma tribo, como sendo apelido de grupos nativos diversos. Não há, porém, como evitar semelhantes equívocos. Muitas tribos tinham, conforme é sabido, dois e mais nomes e êstes, por vêzes, sobreviveram concomitantemente e chegaram aos dias atuais, dando a falsa impressão de uma pluralidade de tribos, em verdade, inexistentes. Uma era a alcunha, sempre pejorativa, que lhe impunham vizinhos ou inimigos; e outra, o têrmo de que se serviam os membros do clã para a designarem. Assim, por exemplo, possuíam nomes diversos em língua tupi e em língua cariri duas das cinco nações que Laet, em seu livro, diz serem aliadas do cacique Jandoim. Eram elas os *Arikeumes* e os *Kererijous* chamados, em cariri, respectivamente, *Acikis* e *Ocienecious*.

Considere-se, outrossim, que, em determinados casos, havia ainda o nome que lhes davam os colonos portuguêses e que poderia ter vindo também até nós, e, fàcilmente, se compreenderá os obstáculos que tivemos de enfrentar.

A duplicidade e até a triplicidade de nome era, aliás, bastante comum a grande número de agregados nativos de todo o território brasileiro. Os Caiapós, por exemplo, que eram chamados *Ubirajaras* pelos *Tupis*, recebiam dos portuguêses o nome de *Bilreiros*.

O Prof. Estêvão Pinto, em seu trabalho sôbre os *Fulniôs* pernambucanos ("Etnologia Brasileira. Brasiliana", Vol. 205, S. Paulo, 1956. pág. 62), dá-nos um quadro bastante sugestivo de vinte e seis tribos que estavam nas condições apontadas. Lembra ainda o mesmo professor que os índios de Águas Belas, crismados, nos documentos do século XIX, com a denominação de *Carnijós*, aplicavam ao seu grupo em geral, integrados por indivíduos vivendo seja no lugar apontado. seja em quaisquer outras regiões do País, o apelativo *Jacotoá*. A si próprios chamavam, porém, *Fulniôs*, palavra que significa *"a gente que mora junto do rio"* e que era, portanto, uma denominação tribal (E. P. op. cit. pág. 62).

Não menos sugestivo nesse particular é o caso citado por Thomaz Pompeu Sobrinho de uma tribo do Rio Branco que tinha nada menos de 22 nomes. (55) (Th. Pompeu Sobrinho "Os *Tapuias* do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman" "Rev. do Inst. do Ceará", Tomo XLVIII, Ano XLVIII. 1934. pág. 16.)

Esforçar-nos-emos, todavia, em não incidir no equívoco em que laboram certos autores, quando citam topônimos. dizendo-os cognomes de famílias indígenas.

Neste trabalho aparecem. como se verá, simples apelidos de maiorais como designativo de grupos de indígenas cearenses. Isso se explica, porém, fàcilmente. Outrora, como hoje, era assaz comum, no mundo dos nossos índios, o fenômeno que poderíamos chamar de gemiparidade social. Das cabildas menos coesas ou de crescimento demográfico mais rápido, destacavam-se, por motivos vários, magotes de homens que, sob a direção de um chefe eleito, entravam a constituir um agregado social de vida independente. Êste, não raro, passava a hostilizar o grupo de onde provinha e tornava-se conhecido, daí por diante, pelo cognome do principal que o chefiava na ocasião em que ocorrera o seu afastamento do tronco originário.

Interessante notar, outrossim, que é, ordinàriamente, sob um nome do vocabulário tupi que as comunidades indígenas, mesmo as que não faziam uso dêste idioma, aparecem entre nós registadas nas crônicas e documentos antigos que lhes assinalam a existência.

* * *

No intuito de introduzir um pouco de ordem nesse pandemônio que é a nomenclatura dos primitivos cearenses, mencionaremos apenas o nome das tribos nativas, referidas em papéis de provada autenticidade e um ou outro apelido dos que registam historiadores con-

temporâneos mais credenciados. No caso em aprêço, será sempre citada a fonte informadora. Seguiremos idêntico critério quando trouxermos à baila qualquer notícia plausível, alusiva aos nossos aborígines. mas cuja veracidade não tenhamos podido apurar com a necessária segurança.

Não desceremos, porém, a minúcias ao apreciarmos o papel que os sacerdotes católicos desempenharam na catequese. Por têrmos já abordado o assunto em outro trabalho, limitar-nos-emos a indicar o local onde se plantaram as aldeias missionadas.

Em se tratando da pacificação dos gentios, restringir-nos-emos a consignar, quanto possível, o nome dos indivíduos que avassalaram as tribos mais importantes e a data provável em que o fato ocorreu.

Tanto quanto nos foi possível averiguar era a seguinte a distribuição das tribos indígenas do Ceará:

* * *

TRIBOS DOS CONTORNOS OCEÂNICOS — Junto às nossas costas marítimas viviam os *Baiacus* ou *Paiacus*, hoje chamados também *Pacajus*, indígenas que maior destaque alcançaram no cenário do Ceará colonial. por sua resistência à dominação lusitana (56).

Próximo do litoral, na ampla nesga que vai da margem esquerda do Choró ao Rio Mundaú e Serra de Baturité, viviam os *Jaguaribaras*, ou *Jaguariguaras, Jagoarigoras, Iguariguaras, Jagureguaras* ou *Jaguarigoaris*, silvícolas que tiveram grande atuação na vida dos primeiros povoadores dêste canto do País. Filiados indevidamente por alguns cronistas ao grupo tupi, fàcilmente se acomodaram aos recém-vindos lusitanos, assistindo-os sempre com relativa lealdade em suas lutas contra os outros selvagens (57).

---

(56) **Baiacus**, ver também «Revista do Instituto do Ceará», Tomo LXXII. Ano LXXII, 1958, págs. 15 a 34.

(57) O Pe. Luís Figueira, na «Relação do Maranhão», dá a entender serem os **Jaguariguaras** índios da raça tupi, **Potiguaras** que habitavam a embocadura do **Jaguaribe**.

«Vindo pois continuando nosso caminho mandava-mos, regista o Pe., índios naturais d'aquelas parte diante para q'se encontrassem alguns de seus parentes jagoarigoaras que andavam espalhados c'o medo os trouxessem e ajuntassem assi p'a nos ajudarem com p'a lhe darmos as alegres novas da Provisão de sua Magde. em q'os avia a todos por livres e forros».

O fato de a palavra **Jaguariguara** pertencer à língua tupi, parece também confirmar tal filiação. Observe-se, todavia, que, intimados pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, a apresentar os cativos que haviam colhido na guerra contra os **Baiacus**, para dêles se tirarem os quintos, recusaram alegando que eram tapuias e não tinham assistência certa. Demais, quando, em documentos antigos, há referências às aldeias, existentes nas cercanias do fortim de N. S. d'Assunção distingue-se sempre a dos caboclos (tupi) daquelas habitadas pelos **Jaguaribaras** (Ver o Bando mandado afixar pelo Cap.-Mor Jorge Correia da Silva em 1672).

Assim é que na qualidade de amigos e aliados dos colonizadores fizeram parte de quase tôdas as tropas por êles enviadas para conter os *Baiacus*, entre 1666 e 1671, servindo ora sob as ordens do Ajudante Filipe Coelho de Morais, ora sob a direção do Cabo da Infantaria do Presídio do Ceará, Francisco Martins.

De *motu* próprio acompanharam mais uma vez aquêle militar na viagem que, por ordem do Capitão-Mor João de Melo Gusmão, empreendeu, em 1666, a Jericoaquara. Cabia-lhes, entre outros encargos, proteger o Principal Maraguim da nação *Tobajara*, também afeiçoado aos lusos. Tendo, depois da célebre revolta de Simão Tagoaibuna, descido com os seus da Ibiapaba para se fixar nas praias setentrionais da Capitania, achava-se em graves aperturas, ameaçado de morte pelos *Acoanços*, que lhe eram desafetos.

Não dispondo de fôrças bastantes para impedir o ataque e buscar o inimigo comum em suas terras, mandava, outrossim, o Capitão-Mor, pelo seu enviado, aconselhar ao principal que viesse aposentar-se junto ao forte, onde nada teria a recear dos seus contrários.

Em 1694, eram os Jaguaribaras aldeados por Fernão Carrilho no lugar Parnamirim, a 7 léguas ao sul da Fortaleza de N. S. d'Assunção (58). Foi seu primeiro missionário o Pe. João Leite de Aguiar, clérigo do hábito de S. Pedro (59). A carta de Pedro Lelou, dirigida ao Rei em 20 de agôsto de 1696, informa-nos que, naquele ano, os nativos continuavam aldeados e alguns batizados (60).

Índios dessa nação seguiram, por ordem do Governador de Pernambuco, para o Açu a fim de participar das operações militares contra os gentios bárbaros daquela ribeira, que estavam revoltados.

Conduziu-os até o campo da luta, onde ficariam sob as ordens de Antônio de Albuquerque Câmara, o Cabo Manuel Carvalho Fialho a pedido dos próprios gentios. É isso pelo menos o que alega o citado militar nos documentos apresentados para concorrer ao pôsto de Capitão-Mor do Ceará, vago com a promoção de Fernão Carrilho, a Lugar Ten. do Governador do Maranhão.

Dois fatos merecem ainda ser aqui lembrados uma vez que poderão ajudar a descobrir o tronco étnico-lingüístico a que se deve ligar os **Jaguaribaras**.

É que, apesar de se dizerem nômades, ou seja, «sem assistência certa possuíam «Alguns Roças» «ao largo desta Capitania» (do Ceará).

O afirmarem os seus principais em declaração pública ao Capitão-Mor, que «não herão principais se não para a guerra. E só nessas lhe obedecião» os seus comandados.

(58) Registro de uma portaria do Cel. Jorge da Costa Correia o que vem con-

(59) Registro de uma portaria do Cel. Jorge da Costa Correia.

(60) O nome de uma tribo aparece, no aludido documento, grafado **Jaguaribas** em vez de **Jaguaribara.**

Diz o interessado que, marchando então para o Sítio do Poço Verde, achou-se "no encontro que houve com catorze tapuias contrários que vieram reconhecer o nosso poder, os quais foram degolados, entrando neste número três principais e quatro Capitães de maior valor, todos motores desta guerra, e indo em seguimento dos mais até a Lagoa do Peatô dez léguas de distância por caminho agreste. De que, tendo notícias, se puseram em fugida, recebendo a perda de sete prisioneiros, entre mulheres e filhos, procedendo com tal valor, que foi o que a braços suspendeu o principal dos Bárbaros, chamado Peca, ajudando-o a matar".

Incansáveis em sua dedicação aos brancos, escoltaram, em 1703, o Juiz Ordinário Simplício de Moura Velho, quando foi prender os *Baiacus*, culpados de furtar e depredar os bens dos moradores.

Tribo numerosa e valente, era, por isso, temida e respeitada até pelos próprios luso-brasileiros que, como mostram as crônicas, sempre procuram captar-lhe as boas graças, não ousando nunca enfrentá-las de arma nas mãos.

A prova é que, no govêrno de Diogo Coelho de Albuquerque, quando, pela primeira vez, os *Jaguaribaras* se puseram em pé de guerra, foi por meios brandos e suasórios que o Capitão-Mor intentou chamá-los à razão. Fato idêntico ocorreu em 1674, depois da expedição que subjugou os *Baiacus*. Tendo os *Jaguaribaras* sonegado as prêsas feitas naquela guerra e se recusado a pagar o quinto de S. M., alegando que não conheciam o Rei, o Capitão-Mor do Ceará, Jorge Correa da Silva, ao invés de forçá-los pelas armas a cumprir a lei, preferiu contemporizar, deixando-os em paz.

Tal atitude discrepava da que habitualmente assumiam os dirigentes capitaniais em suas relações com os gentios rebeldes.

Da sua tibieza justificou-se mais tarde aquela autoridade, dizendo que não ousou atacá-los porque dispunha de pouca tropa e recear que esta nação, que é muito poderosa, em represália se retirasse da Capitania, fazendo depredações (61).

Cansados, sem dúvida, de serviço aos brancos os *Jaguaribaras* muito cooperaram na rebelião de 1713 e no assalto à Vila de Aquirás, onde morreram centenas de pessoas, já radicadas na terra.

"Em dias de agôsto de 1713, época em que teve lugar êste grande desastre, fêz o Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos um grande conselho de guerra na Fortaleza com os oficiais da Câmara da Vila e os cabos de guerra da Capitania, para concertar os melhores meios de destruir o dito inimigo, e recuperar a Capitania tomada pelos bárbaros levantados. E assentaram todos que se lançasse

(61) Doc. n. XI — publicado na Revista do Inst. do Ceará, Tomo IV, 1890, por J. B. Perdigão de Oliveira.

um bando em nome de S. Majestade que se publicasse e fixasse de maneira que a notícia chegasse a todos os moradores, no qual se referisse e declarasse dava o dito o Capitão-Mor a campanha livre e isenta dos quintos reais das prêsas que houvesse na guerra dos ditos gentios aos que lhe fizessem até se sossegar e resgatar dêles a Capitania, porque maior prejuízo segue à Real Coroa perder esta do que os quintos das prêsas que houvesse na dita guerra."

"Nesta mesma ocasião foi nomeado Cabo-Real e comandante de tôda esta expedição o Coronel João de Barros Braga, por êle ter vindo à testa do seu regimento de cavalaria das várzeas do Jaguaribe socorrer a fortaleza logo que soubera do apêrto em que se achava pela rebelião dos *Tapuias*. Reuniu moradores e índios mansos e fiéis, à testa dos quais fêz os rebeldes uma guerra cruenta na qual matou grande número dêles, e aprisionou mais de quatrocentos dos quais mataram-se logo noventa e cinco a ferro frio, e depois de amarrados por desconfiança que houve dêste gentio, pelo motivo de serem homens de armas, conhecidamente guerreiros e muito destemidos, e justamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência bastante tem mostrado a sua infidelidade e constança."

"O Coronel João de Barros Braga, depois de varrido do litoral e do baixo Jaguaribe e sertões mais próximos do mar, o inimigo bárbaro com grande prejuízo dêste, mandou o Capitão do seu regimento, Pascoal Correia Lima, limpar a Bacia do Banabuiú, indo êste matou grande número de inimigos e aprisionou cento e vinte e cinco cabeças."

"Todos os índios aprisionados foram repartidos por entre os colonos e índios auxiliares, à exceção dos *Tremembés* que se provou terem sido obrigados a acompanhar os rebeldes a fim de remirem as suas vidas, por isto foram êles entregues a seu missionário por ordem da Junta das Missões e do Reverendo D. Manuel Alves da Costa, Bispo de Pernambuco (62). Estas particularidades constam de um processo mandado instaurar contra o Coronel João de Barros Braga pelo Capitão-Mor do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, a fim de obrigá-lo a quintar os prisioneiros não obstante o teor do bando afixado por seu predecessor, e também pelo seu sucessor Manuel da Fonseca Jaime" (Thèberge).

Atemorizados, sem dúvida, diante da pronta reação dos brancos, os *Jaguaribaras* haviam, nesse meio tempo, tentado entrar em entendimento com o Capitão-Mor, a fim de submeter-se.

---

(62) O incidente que é narrado de maneira quase idêntica pelo historiador João Brígido dos Santos em suas «Efemérides do Ceará» «Rev. do Inst. do Ceará», Tomo XIV — 190.

Seus desejos de paz não chegaram, porém, a concretizar-se porque os colonos, interessados em manter o ambiente de inquietude e mal-estar em que mergulhara a Capitania, e por anseios de vingança, a isso opuseram os maiores entraves.

Da conjura teve pleno conhecimento o Capitão-Mor Plácido de Azevedo, pois que a menciona no Bando por êle lançado a 9 de fevereiro de 1714. dizendo "que obrigados destas ocazions asima vinha o tapuya *Jagoaribara* pedirmé paz que o povo desta Capitania nam permitiu que lha dese".

"Em 28 de novembro de 1717, José Soares de Sousa solicitava, por data de sesmaria, a légua de terras concedida por El-Rei aos índios *Jaguaribaras* e demarcada pelo Dez. Soares Reimão." O que parece indicar não terem êsses gentios ainda reentrado nas boas graças das autoridades locais.

Alguns anos mais tarde, já no Govêrno de Manuel Francês, índios *Jaguaribaras* vendo-se, ao que parece, privados dos indispensáveis meios de subsistência pela perda de suas terras, deram, de parceria com os *Wanacés*, em invadir as fazendas do Piancó para roubar gado e animais. O Capitão-Mor do Ceará, querendo pôr fim a tais atos de rapinagem, expediu, com data de 22 de janeiro de 1725, uma portaria mandando que o Cel. Jorge da Costa Correia reunisse uma tropa de 30 até 40 homens brancos, e tupis e alguns *Baiacus* e fôsse batê-los. Caso a tropa fizesse prisioneiros, o Coronel devia trazê-los para a fortaleza a fim de se quintar (63).

"A Notizie" não menciona especialmente nenhuma aldeia de índios Jaguaribaras no Parnamirim nem em qualquer outro lugar (64).

No escrito em aprêço diz-nos o Pe. Manuel Pinheiro apenas que, em 1732, era pároco da Aldeia de Parnamirim o Pe. Secular Antônio Farinha Prêto e que seus habitantes foram agregados aos de Paupina.

Entre as praias cearenses e a Serra da Uruburetama os colonizadores encontraram ainda os *Wanacés, Guanacés, Ganacés* ou *Anacés*, os *Guanaceguaçus* e *Guanacemirins*, tribos inimigas entre si mas provàvelmente da mesma parentela, tôdas mencionadas no "Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649" (65).

---

(63) Registro de uma Portaria ao Coronel Jorge da Costa Gadelha Fort. 22 de janeiro de 1725.

(64) «Notizie delle fatiche sofferté dai N.N.P.P. nel prendere il possesso delle populazioni del Seará».

(65) «Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará», em 1649». Trad. de Alf. de Carvalho, no livro «Comemorando o Tricentenário da vinda dos Portugueses ao Ceará» (págs. 359 e 372).

Havia mais os *Açanacéguaçus*, também citados por Matias Beck e, possìvelmente, os mesmos *Guanaceguaçus* e os *Jaguaruanas*, que habitavam entre Curu e Acaraú e eram também chamados *Jaguaruranas* e *Jaguararanas* (66).

Os *Anacés*, a quem João da Costa da Silva denomina *Anacozes* e diz que habitavam a Serra de Burrucutama, constituíam uma das mais poderosas tribos do Ceará (67).

No Govêrno de Domingos Sá Barbosa, desavieram-se *Anacés* e *Jaguaruanas* sendo necessário para acalmá-los a intervenção solícita do Pe. Antônio Ribeiro que missionava os indígenas da Ibiapaba.

O Pe. Antônio Vieira narra minuciosamente o incidente na sua "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba".

Em 1666 estavam os *Anacés* de nôvo alvorotados. Do regimento dado, nessa época, ao Ajudante Filipe Coelho de Morais pelo Capitão-Mor Melo Gusmão, para ir a Jericoaquara tratar com o Principal Maraguim, consta lhe ter sido ordenado que, se no decorrer da viagem, encontrasse alguma horda dessa nação, lhe fizesse guerra, levando tudo a ferro e a fogo e matasse todos os varões em estado de pegar em armas.

Quase três décadas depois, em 1694, Fernão Carrilho, quando no Govêrno do Ceará, situou uma parte dêsses nativos nas margens do riacho então chamado Aguanambi, ou Jaguarambi, a 8 léguas ao N da Fortaleza de N. S. d'Assunção. Agia, visando, sem dúvida, a satisfazer o pedido feito, dois anos antes por êles a Pedro Lelou para se fixarem e batizarem os filhos.

Embora aldeados, tomaram êsses tapuias parte ativa no levante que teve lugar em 1713 e do qual resultou o assalto à Vila de Aquirás e morte de quase duzentas pessoas, não contando os enormes estragos materiais.

Os oficiais da Câmara da Vila, que haviam buscado refúgio na Fortaleza de N. S. da Conceição a convite do próprio Capitão-Mor,

---

(66) Assegura Araripe que **Jaguaruana** e **Guainacé** são denominações particulares dos **Anacés**, «porquanto, diz êle, nos documentos antigos que consultou, não encontrou o nome de sua habitação». É êste também o parecer de Paulino Nogueira («Vocabulário indígena»). Aceitamos a opinião de Araripe apenas no que diz respeito à identidade dos **Guanacés** ou **Guinacés** com os **Anacés**.

(67) Refere Fernão Carrilho, num requerimento, ter descido os **Anacés** dos sertões do Jaguaribe. Isso teria talvez induzido alguns autores a admitir uma distinção entre **Guanacés** e **Anacés**. Não aceitamos essa dualidade porque nada garante a veracidade da informação de Carrilho. Exageradas e, por vêzes, pouco verazes eram, com efeito, as alegações de serviços feitas em petições dirigidas ao Rei, requerendo mercês.

Melo Gusmão diz que os **Guanacés** eram uma nação numerosa e inimiga declarada dos portuguêses.

em carta ao Rei de Portugal e ao Governador de Pernambuco, datada de 28 de outubro daquele ano, relatam episódios do lutuoso fato em têrmos que põem em relêvo destemor e ousadia dos insurgentes. Incriminam também, de certo modo, os tupis domésticos residentes nas vizinhanças dos brancos.

"... vindo se retirando da villa cantidade de Jente para debacho das armas desta fortaleza acompanhada de alguns brancos e Índios lhe sahio ao encontro o Tapuya Inimigo coaze a vista de hua aldeya de Indios e botando-lhe serco matarão coase tôda a Jente que vinha e sô escaparão coatro ou sinco pesoas por se haverem debrusado em terra o hu vereador desta Camara por uir montado ensima de um cavalho E ver que sô não podia rezistir a hu grande exzercitto de tapuyas sem que ouvesse hu Indio que desta tal aldea acudisse a tanta lastima ou em nesesaria defença desparase hua arma mas sô sim afirma tiverão estes o cuidado de os despirem depois de mortos assenhoriando se dos vestidos e alfayas que trazeão e asim se justifica porque andando êstes sempre nus andão vestidos e com vestimentas conhecidas e nós pello tempo en que estamos, tempo en que nos vimos nos calamos desfarçando suas tensões ainda que elles publicão muita amisade fidilidade lealdade aos brancos..."

Foram, por isso, em grande número, mandados reunir aos *Tobajaras* da aldeia depois Vila Viçosa Real, da América.

A 3 de novembro de 1713, a Junta das Missões tomava conhecimento do que a tal propósito lhe escrevera o Capitão-Mor do Ceará e que era o seguinte: "Os Tapuias da nação *Anacé*, a que chamam de corso, fizeram grande estrago no Arraial de Parnaíba, da parte do Maranhão matando ao Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior e muitos brancos, e fizeram vários roubos pela Ribeira do Caracu, agregando a si muitas nações e muitos tapuias aldeados."

Fizera o Capitão-Mor "devassar dêsses bárbaros e achando-os culpados nestes delitos depois de aldeados lhe mandou fazer guerra com tão feliz sucesso que só 40 poderam livrar-se das nossas armas".

Isso concorda, aliás, em grande parte, com o referido pelo Pe. João Antônio Andreoni em sua carta de 15 de julho de 1714, que diz: "... o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos *Guanacenses*. Êstes mataram à traição, em Parnaíba, o Comandante dos soldados que os tratavam mal e não lhes pagava o sôldo, como também assassinaram a mulher do Comandante em Chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas das fortificações". (Ver parte relativa aos *Tremembés*.)

Em 1732, havia no Ceará uma povoação de *Anacés* que era administrada pelo dominicano Pe. Ferreira Chaves e que foi incorporada a Parangaba dois anos depois. Denominava-se N. S. do Pilar dos *Anacés*.

Extremando com os Anacés, para além do Rio Mundaú viviam os *Tremembés,* gentios que muito se distinguiram também por suas ações hostis aos brancos.

Povo nômade e em perpétuo deslocamento, seus domínios iam, como vimos, até às margens do Rio Parnaíba, segundo uns, ou até à foz do Itapicuru, segundo outros. Como variante dêsse antropônimo surgem as formas *Teremembés, Taramambés,* e ainda *Tramaambés.* O Pe. Ivo d'Evreux chama-lhes *Cannibaliers,* enquanto o Pe. Antônio Vieira assegura serem êles os mesmos nativos que, em alguns documentos antigos, aparecem com o nome de *Alarves.*

No Ceará, as relações entre luso-brasileiro e *Tremembés* foram sempre pouco cordiais e episódios sem conta refletem esta constante malquerença. Assim, o presídio de N. S. do Rosário, erigido por Jerônimo de Albuquerque para assegurar a conquista do Maranhão, tornou-se o alvo de suas investidas desde a fundação.

Em princípios de 1614, trezentos silvícolas empreenderam contra êle um assalto de larga envergadura sendo, todavia, repelidos com enormes perdas de vida.

Durante a primeira invasão holandesa no Ceará, êles receberam de maneira hostil os novos conquistadores, que se viram, por isso, obrigados a construir um reduto em Jericoaquara para garantir-se na terra conquistada (68).

A animosidade contra os luso-brasileiros continuava, porém, cada vez mais obstinada. Nesse comenos, vindo um barco português a Camucim fazer aguada, os *Tremembés* insidiosamente dêle se assenhorearam, matando-lhe os tripulantes (69).

Assinada a capitulação de Taborda e expulsos os flamengos do Ceará, continuaram êles a mover guerra de morte aos lusitanos, não obstante diligenciarem êstes por lhes captar a amizade.

Em 1656, indo um principal da nação *Tremembé,* chamado Tatuguaçu, com vários dos seus ao Maranhão negociar pazes, tratou-os o Governador André Vidal de Negreiros com tôdas as honras e atenções.

Isso não impediu, todavia, que a gente de *Tataguaçu* tentasse trucidar o Pe. Pedroso e sua comitiva, quando, poucos dias depois, viajavam em demanda à Ibiapaba a fim de lá estabelecer uma missão catequista. O incidente é referido pelo Pe. Antônio Vieira em todos os seus detalhes.

Em 1671, uma colônia de *Tremembés* se achava fixada próximo à Fortaleza de N. S. d'Assunção. As gentes que a compunham, can-

(68) J. Catunda. Op. p. 97.

(69) Carta de Ruy Vaz de Sequeira a El-Rei em abril de 1663. Doc. n.º 284.

sados, sem dúvida, das violências e maus tratos que lhes infligiam os brancos, retiraram-se naquele ano para suas terras declarando não mais quererem comércio com os estrangeiros.

A atitude desassombrada dos nativos alarmou grandemente o Capitão-Mor Jorge Correia da Silva que, receando se pusessem êles em armas, determinou ao Ajudante Francisco Martins seguisse com dezoito infantes e oitenta índios para Jericoaquara a vigiá-los.

O principal item do regimento, entregue ao Comandante da Fôrça, rezava que, no caso de êle verificar terem os *Tremembés* hostilizado os brancos ou matado os soldados e silvícolas mansos enviados pelo seu antecessor ao Maranhão, devia "exterminá-los de modo que não houvesse mais notícia dessa nação e trazer seus filhos cativos para Fortaleza" (70).

A êsse tempo, vagavam êles pelo litoral em grupos pouco numerosos que nada tinham, porém, perdido de sua inata fereza.

Informam escritores lusitanos, sempre interessados em deprimir os nativos, que, em 1674, alguns náufragos foram por êles devorados. Verdadeiro ou não, tal fato serviria de pretexto para terríveis perseguições por parte do Governador do Maranhão, Inácio Coelho, que despachou contra êles uma fôrça vinda do Pará. Conduzida com grande habilidade pelo Chefe, a tropa bateu fàcilmente os silvícolas, apesar dêstes se terem mostrado, durante o encontro, obstinados e valentes. Vitorioso, houve-se o cruento Vital Maciel para com os vencidos com a tirania costumeira, fazendo sacrificar indistintamente homens, mulheres e crianças.

Eis como o Pe. Filipe Bettendorf pinta o choque ocorrido entre os dois grupos rivais e a terrível matança que se seguiu à derrota dos nativos. A descrição é um pouco longa mas não deixa de ser interessante e instrutiva. É mais um atestado do rigor com que, de ordinário, tratavam os lusitanos aos infelizes indígenas que ousavam resistir-lhes.

"... de ambas as bandas, escreve o Padre, houve uma peleja muito grande em que se feriram uns aos outros e iam acudindo os *Tremembés*, parte morta a frechadas dos índios da tropa, parte pelouradas dos brancos, que com suas armas de fogo faziam grande estrago; houve naquela ocasião um principal já de muita idade, chamado Midinapá, o qual sentindo-se gravemente ferido se assentou sôbre o chão, pelejando com incrível valor e defendendo-se às frechadas até que um valoroso índio, chegando-se a êle com um terçado que levava às mãos lhe partiu a cabeça e assim o acabou de matar."

(70) Documento n.º IV, publicado na «Revista do Instituto do Ceará» n.º IV, 1890, por João B. Perdigão de Oliveira.

"Depois disso cercou-se a ilha ou mangal onde estavam os mais, e entraram os índios de nossas aldeias com tanta fúria, acompanhados dos brancos, que por terem visto feridos alguns seus, começaram a matar tudo quanto havia sem perdão a nenhum nem ainda às mulheres e seus filhinhos, pegando a êstes pelos pés e dando com as cabecinhas dêles pelas árvores que tiravam a vida a todos."

Ocorre naturalmente perguntar a razão de tão grande crueldade para com os vencidos. Por que se houveram os soldados, nessa ocasião, com tanta ferocidade, matando até crianças e mulheres que êles sempre procuravam escravizar?

Em Berredo, que também ventila o assunto, encontramos fácil explicação do caso — "É que as leys ultimas prohibiam absolutamente todo genero de captiveiro..."

Aldeados no fim do século XVII pelos Jesuítas, perto de Camucim (Thèberge), e também nas praias de Lençóis, Tutóia do Gentio, passaram, em 1702, para as margens do Aracatimirim, no Município de Acaraú.

Foi aí o seu primeiro missionário o Pe. José Borges de Novais que, tendo iniciado os trabalhos apostólicos em 1702, faleceu a 2 de dezembro de 1721 (71).

Os *Tremembés* tomaram, embora a contragosto, parte no chamado levante dos *Tapuias,* ocorrido em 1713, sangrenta tragédia a que nos referimos repetidas vêzes e cujos antecedentes não são revelados pelo Pe. João Antônio Andreoni em sua Carta de 15 de junho de 1714.

Por ser documento do maior interêsse, vai aqui transcrita quase integralmente:

"Esta carta que dá notícia do estado espiritual da província do Brasil depois da última, que foi enviada no fim do ano passado. começará por narrar a luta que se deu na Prefeitura do Ceará entre os Selvagens que por tôda parte faziam incursões e os índios, de um lado, e os portuguêses e brasileiros de outro. Esta luta exigiu constante sacrifício dos Padres residentes na povoação de Ibiapaba com os índios domesticados, e lhes fêz correr grande perigo: da sua vigilância dependeu sem nenhuma dúvida a conservação de tôda a povoação.

Os chefes dos soldados residentes nas fortificações se serviram dos índios para lhes prepararem alimento na caça e na pesca para si e os seus; exigiam, quando necessário, que combatessem os inimigos na floresta, e longe de lhes darem alguma recompensa ou de

(71) Angyone Costa, em trabalho intitulado «Introdução à Arqueologia Brasileira», (Rio, 1934) diz que o Pe. Miguel Carvalho aldeou os **Tremembés** do Ceará, em 1687. Não temos por fundada esta informação.

lhes pagarem o sôldo, desprezavam-nos e zombavam dêles. Levantando um índio a mão direita contra um dos motejadores, saíram-lhe ao encalço, e tendo-o perseguido inùtilmente, decidiram vingar-se dos índios inocentes na povoação cearense: acometendo o chefe dos índios feriram-no cruelmente; pilharam tudo que encontraram nas casas, levaram cativos para as fortificações, algumas mulheres e meninos. Começaram os índios a meditar uma vingança.

Bem tinham compreendido os *Tapuios,* tribo de selvagens, o que se havia passado; vendo, porém, que os índios não se declaravam em franca revolta, com o fim de vingar também as suas injúrias, pediram-lhe uma só coisa: não se opusessem à guerra que haviam de fazer: o que de fato os índios fizeram, deixando-os livres em suas incursões, a matar os senhores e escravos dispersos pelas fazendas e a apanhar os bois e cavalos que andavam naqueles lugares. Outras tribos foram por êstes levados à carnificina e à pilhagem; o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos *Guanacenses.* Êstes mataram à traição, em Parnaíba, o Comandante dos soldados que os tratava mal e não lhes pagava o sôldo, como também assassinaram a mulher do Comandante-em-Chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas das fortificações, e matando de manhã cedo os que encontraram indefesos; apoderaram-se das armas, pólvora, chumbo, balas e de quase trezentas espingardas.

Esta prêsa levantou os ânimos guerreiros dos *Tapuios,* acostumados a antes combater com os portuguêses com armas desiguais, servindo-se do arco e da flecha, e assim tendo tirado a êstes o seu melhor meio de defesa, resolveram assaltar a Povoação de Ibiapaba, a maior de tôdas naquela região, e ao Comandante-em-Chefe, que fôra à Parnaíba com os índios mais esforçados a fim de fazer cessar os tumultos, e tendo-se descoberto a resolução dos inimigos, enquanto êstes esperavam outros que haviam chamado e passavam inùtilmente o tempo a alimentar-se de carne bovina, tiveram os Padres ocasião de mandar um mensageiro aos ausentes, e pedir armas ao Governador de Fortaleza, ainda que distante 80 léguas da povoação. Neste ínterim o Superior, por necessidade, exerceu com denôdo o cargo de Comandante-em-Chefe dos soldados, já exercitando os índios ao combate e preparando as fortificações, já designando as sentinelas, enviando espias, e procurando mantimentos, ao mesmo tempo que com os outros Padres consolavam as mulheres que choravam segundo seu costume e orava com elas na igreja, pedindo a Deus não entregassem para serem devorados pelas feras sanguinárias aquêles que confessavam seu nome. Vendo-se indefesos e expostos aos ataques dos inimigos, os vaqueiros dispersos naqueles campos se refugiaram na povoação com suas armas e escravos, com o consentimento do Superior. Aumentando, assim, a

fôrça para a resistência, desapareceu entre todos o temor, sendo quase 400 *Tapuios,* alguns feridos, outros postos em fuga e outros, com grande aflição dos Padres, reduzidos ao cativeiro pelos Comandantes que moviam a guerra. Antes, os Padres e os índios haviam sofrido uma grande penúria de alimentos por falta de chuvas. Sobreveio a varíola, que aumentava cada dia, aparecendo uma outra moléstia não menos terrível. Desta morreram muitos meninos e adultos, sendo sepultados com os outros.

O que os contristou mais naqueles meses foi a falta que houve do necessário para a quotidiana celebração do Santo Sacrifício, que dificilmente se oferecia aos domingos. Durante dois anos não aportou um só navio em pôrto cearense, ou porque naufragassem devido às tempestades, ou porque não eram enviados de Pernambuco no tempo conveniente à navegação..."

Em 1749 a assistência religiosa a êsses indígenas estava confiada a um sacerdote do hábito de S. Pedro.

No ano seguinte, por solicitação do seu Capitão-Mor, Manuel da Rocha de Almeida, que, em 16 de junho de 1749, compareceu ao Palácio das Duas Tôrres, para, pessoalmente, formular o pedido, foram os *Tremembés* mandados transferir para a Vila de Soure.

Narra-se que o diretor daquela vila, para obrigar os índios a segui-lo, mandou incendiar as casas em que viviam.

Como sucedera por tôda parte e em iguais circunstâncias, os recém-chegados não se adaptaram bem ao nôvo meio, nem fizeram amizade com os que aí moravam. Muitos abandonaram a Vila, fugindo uns para os tabuleiros do litoral e desertando outros para a vizinha Capitania do Maranhão (72).

Aos que permaneceram no Ceará, tentou em vão o Diretor da Vila de Soure fazê-los regressar às terras de sua jurisdição administrativa.

A intervenção resultou contraproducente. Os indígenas não quiseram obedecer-lhe, indo alguns dêles se refugiar em Tutóia, fato que o levou a desistir de seus intentos.

Mais tarde, em 1766. o Governador Borges da Fonseca, compadecido da miserável existência que curtiam os *Tremembés,* desamparados de tôda assistência material e moral, vivendo como verdadeiros brutos, reuniu-os novamente na antiga missão da margem

(72) Da lista organizada por João Antônio Cruz Dinis Pinheiro e dada a lume por Lúcio de Azevedo, no trabalho «Os Jesuítas no Grão Pará», Lisboa, 1911, se vê que, no ano 1751, existia uma aldeia de **Tremembé**, no Maranhão. Para ela teriam certamente fugido os tapuios.

do Aracatimirim e deu-lhes um cabo de esquadra do Presídio, de reconhecida capacidade e prudência, para os dirigir, e um soldado de boas letras para que ensinasse os seus meninos a ler e escrever (73).

A Aldeia de Aracatimirim dos índios *Tremembés,* como era chamada por vêzes, tomou, em 1766, o nome de Almofala (74).

Por volta de 1818 existiam ainda na Paróquia de N. S. da Conceição de Almofala índios dessa parentela que, pacificamente, se dedicavam à agricultura e à pesca.

* * *

Pelas alturas de 1603, habitavam as extremas orientais das costas cearenses cabildas numerosas de índios *Potiguares* ou *Petiguaras,* descidos do Rio Grande do Norte, de onde os expelira o colonizador branco.

Batidos continuadamente na Paraíba e Rio Grande do Norte pelas fôrças congregadas de lusitanos e *Tobajaras,* alguns bandos *Potiguares* deixaram aquelas capitanias levantinas à procura de novas terras. Outros, porém, menos altivos, depunham as armas aceitando o jugo lusitano. Os que assim procederam tornaram-se, mais tarde, auxiliares prestimosos dos reinóis na conquista do Ceará.

A Pêro Coelho e depois aos Jesuítas Figueira e Francisco Pinto acompanharam, como é sabido, numerosos flecheiros dessa nação, alistados no Rio Grande do Norte, Paraíba e mesmo em Pernambuco, onde já os haviam aldeados os seus missionários.

Enquanto as tribos dos territórios vizinhos passavam-se para os portuguêses, os *Potiguares* cearenses permaneciam fiéis aos seus antigos aliados, os franceses, com quem continuavam comerciando largamente.

Eram assaz numerosos quando, em 1603, se defrontaram com a bandeira de Pêro Coelho. Perseguidos e escravizados por êsses expedicionários, seu número decresceu, porém, ràpidamente e, quatro anos depois, ao chegarem aqui os Jesuítas, mandados em catequese por Fernão Cardim, a tribo dos *Potiguares* estava reduzidíssima,

(73) Carta de Borges da Fonseca, datada de 9 de novembro de 1766, publicada pelo Barão de Studart — in «Notas para a História do Ceará». Lisboa, 1892.

(74) Essa vila foi em tempos idos soterrada por uma imensa duna que, após muitos anos de lento caminhar, começa agora a descobrir a sua velha Igreja.

Em Almofala tem sido encontrada enorme quantidade de artefatos de pedra dos indígenas cearenses (Vide Carlos Studart Filho, «Artefatos indígenas do Ceará», in «R. Instituto do Ceará»).

vivendo os índios sob o terror constante dos *Tapuias* e portuguêses (75).

O Pe. Figueira, em sua derrota para Ibiapaba, reuniu-os primeiramente à beira da enseada do Paràzinho, onde levantou uma cruz (76), e depois, já de regresso de sua missão evangélica, novamente os ajuntou na margem do Rio Ceará, encetando aí a fundação da Aldeia de S. Lourenço (77).

A animosidade dos *Potiguares* contra os portuguêses foi aqui das mais agressivas [redacted].

Sofreram, não raro, seus funestos efeitos os caçadores de âmbar que, vez por outra, perlustravam nossas praias em busca do precioso produto.

Um fato de grande repercussão no cenário de nossa história veio, porém, modificar êsse estado de coisas.

Durante a expedição de 1603, um principal potiguar, chamado Jacaúna, se afeiçoara a Martim Soares Moreno, môço do séquito de Pêro Coelho, que chegou a ser mais tarde poderoso vínculo de ligação entre brancos e índios.

A simpatia do chefe limitava-se, todavia, à pessoa do destemido aventureiro lusitano. Dos seus conterrâneos, êle e o bando continuavam arredios e temerosos.

Os ingentes esforços empregados por Martim Soares, quando serviu como Tenente da fortaleza do Rio Grande do Norte, a fim de captar para seus patrícios as boas graças desta gente, resultaram inúteis durante muito tempo.

A primeira vitória contra as suas prevenções alcançou-a êle em 1611.

Vindo mais uma vez ao Ceará, conseguiu que os gentios o auxi-

---

(75) «Vendo eu q' os mais não q'rião vir, procurei então os ajuntar todos p. q'em todo aquelle certão do Jaguaribe aonde dantes havia grandissº nº de aldeas agora serão por todos grandes e pequenos, como oitocentas almas, os quaes estão em sete ou oito aldeas», lê-se na «Relação do Maranhão», precioso documento publicado na Revista do Instituto do Ceará, pelo Barão de Studart.

(76) «De todos ajuntey os principaes e os persuadi se ajuntarem a roçar em certa parte mais acomodada traçando-lhe as casas e levantando-lhe uma fermoza cruz de cedro cõ seu ttº cousas q' eles estimão muito e lhe pus o nome de aldea de S. Lourenço por serem seu dia levãtada a crus» escreveu Luís Figueira.

(77) Baseados talvez nas instruções entregues aos Pes. Luís Figueira e Francisco Pinto, em as quais se lhes recomendava «que antes de passarem adiante chegassem ao Ceará, onde tinha estado Martim Soares Moreno, para temperarem os ânimos d'aqueles índios notàvelmente azedos com o destempêro de Pero Coelho» quase todos os autores afirmam que a Aldeia de S. Lourenço foi erigida pelos Jesuítas quando seguiram para a Serra Grande. A carta do próprio Figueira, a que já nos referimos, contraria, porém, formalmente êsse modo de pensar.

liassem a tomar de assalto uma embarcação francesa que arribara ao Mucuripe e matassem tôda a tripulação nela embarcada.

Ficava assim rôta a amizade quase secular entre *Potiguares* e louros *Mairs*: agora tinham de aliar-se aos odiados *Perós*. (Capistrano de Abreu.)

De Jacaúna obteve ainda que mandasse um filho como emissário à Bahia, solicitar de D. Diogo de Menezes, Capitão-General do Brasil, pazes e que um padre assistisse e doutrinasse os índios de sua taba, levando-lhe, como penhor da nova aliança, os troféus colhidos no combate do Mucuripe.

No ano seguinte. veio Martim Soares estabelecer-se no Ceará. Os *Potiguares*, que estavam reunidos em quatro aldeias junto à barra desta província, não mais hostilizaram os colonizadores.

"Tem esta nova Colônia quatro aldeias de índios de que é senhor um índio chamado Jacaúna muito bom índio e que me quer muito", escreveu o próprio Capitão-Mor na "Relação do Ceará".

O poderoso chefe indígena tornou-se, desde então, grande amigo dos portuguêses, ajudando-os não só na construção da ermida de N. S. do Amparo, como também na defesa contra as investidas de piratas estrangeiros que aqui vinham comerciar.

A relação entre *Potiguares* e colonizadores foram mais ou menos cordiais até 1631 (78).

Com a partida de Martim Soares para Pernambuco, onde foi servir nas guerras flamengas, tudo mudou.

Não tendo a contê-los o pulso forte do fundador do Ceará, nem a grande autoridade de Jacaúna (79), começaram os índios mansos a hostilizar a gente do Presídio.

Depois da morte de Domingos da Veiga, seu sucessor imediato, a situação da Colônia tomou outro caráter, ainda mais grave.

Trabalhados por agentes ao serviço da Holanda, puseram-se os *Potiguares* em franca rebeldia, chegando mesmo a despachar uma embaixada para Pernambuco a fim de convidar o Príncipe de Nassau a mandar tomar posse da Capitania e oferecer-lhe apoio contra os lusitanos.

O Príncipe aceitou a aliança proposta, ordenando que o Major George Gartsman ocupasse a terra que lhe era oferecida por tão pouco preço.

---

(78) Em 1627 os habitantes de uma das aldeias se amotinaram, fato êste que não teve, todavia, conseqüências dignas de nota. Tal ocorrência foi comunicada ao Rei de Portugal por Francisco Coelho de Carvalho, 1.º Capitão-General e Governador do Maranhão, em carta de 6 de fevereiro de 1627.

(79) O silêncio dos documentos e crônicas em tôrno do nome de Jacaúna, induz-nos a crer que o chefe potiguar já então houvesse desaparecido.

Aportando a expedição ao Ceará, apressaram-se os gentios a auxiliar os batavos que, depois de desembarcarem nas proximidades do Mucuripe, assaltaram o reduto de S. Sebastião, única praça forte existente na Capitania, tomando-o fàcilmente e fazendo prisioneira a guarnição.

O fato ocorreu a 26 de outubro de 1637.

Cabe reafirmar aqui, juntando novos documentos, o que já alhures dissemos a propósito das causas que levaram os *Tupinambás* da região cearense a se rebelarem (80).

A revolta contra os reinóis não foi, como pensam e escrevem cronistas lusitanos e historiadores nacionais, uma conseqüência natural da índole volúvel do indígena, uma simples explosão de instintos rapaces mal adormecidos ainda hoje na alma dos caboclos nordestinos que dêles descendem. A rebelião dos índios, em 1637, deve ser considerada, como, aliás, já o acentuou Varnhagen, um golpe de mão hàbilmente preparado pelos holandeses.

Sua origem remonta, com efeito, a 1625, data em que a esquadra do Almirante Boudewyn Hendrickson, que regressava da cidade do Salvador, fundeou na Baía da Traição, daí levando para os Países Baixos vários dos nossos gentios. Êsses silvícolas, que ali aprenderam o holandês e as doutrinas da religião reformada, voltaram mais tarde ao Recife e, internando-se pelos sertões nordestinos, espalharam a notícia do domínio batavo em Pernambuco e se fizeram seus propagandistas.

No número dos que foram às Províncias Unidas, estavam Gaspar Paraupeba e André Francisco, índios do Ceará, que devem ter sido encarregados de rebelar os que ainda permaneciam fiéis à Coroa espanhola (81).

Da leitura da "História" ou "Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais", escrita por Joannes de Laet e traduzida pelos Srs. Dr. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, se sabe igualmente que, em 1631, o Comandante Smient aqui veio no Nieuw Nederlandt, trazendo, por ordem do Supremo Con-

---

(80) Carlos Studart Filho — «Notas para a História das Fortificações do Ceará» — Fortaleza, 1930.

(81) No livro oitavo dos «Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais», se lê:

> «Já contamos antes que o commandeur Smient, com o índio vindo em comissão aos nossos e os que haviam morado na Holanda, foi mandado ao Ceará para tratar com os Tapuyas que vivem naquella região. Partiu do Recife com o navio Nieuw Nederlandt e com a sua chalupa no dia 13 de outubro, chegou perto do Pôrto Francês ao pôr do sol e seguiu ao longo da costa...»

selho do Recife, alguns índios que foram desembarcados nas proximidades da enseada do Mucuripe, a duas léguas do Fortim de São Sebastião.

Tinham êles a missão secreta de amotinar os *Tapuias* e *Potiguares* cearenses e negociar a entrega da praça.

Pouco tempo durou porém a fidelidade dos índios a seus novos aliados holandeses.

As duas raças eram demasiado díspares para se compreenderem e tolerarem. A separá-las havia fundos preconceitos étnicos. Os batavos. que tinham por tôda parte no Brasil a constante preocupação de atrair à sua causa o indígena, agiram aqui de modo inteiramente diverso. No Ceará, a sua política em relação aos *Potiguares* não diferiu da dos portuguêses. Era opressora, cruel e, sobretudo, desonesta. O luso afligia o nativo com violência de tôda sorte e impunha, aos que lograva reduzir à escravidão, o opróbrio de pesadas tarefas; o holandês, por seu lado, obrigava-os a rudes labôres, sob a promessa de uma remuneração sempre esquecida ou adiada. Os índios ficavam, assim, meses e meses sem receber o jornal a que tinham direito pelos trabalhos realizados.

Ora, foi justamente a falta de pagamento de salários aos selvagens mansos que labutavam nas salinas da Companhia que os levou à revolta ocorrida no ano de 1644.

Não podendo mais suportar a situação que lhes era imposta, recorreram às armas, tomando o Fortim de S. Sebastião e trucidando os que ali encontraram.

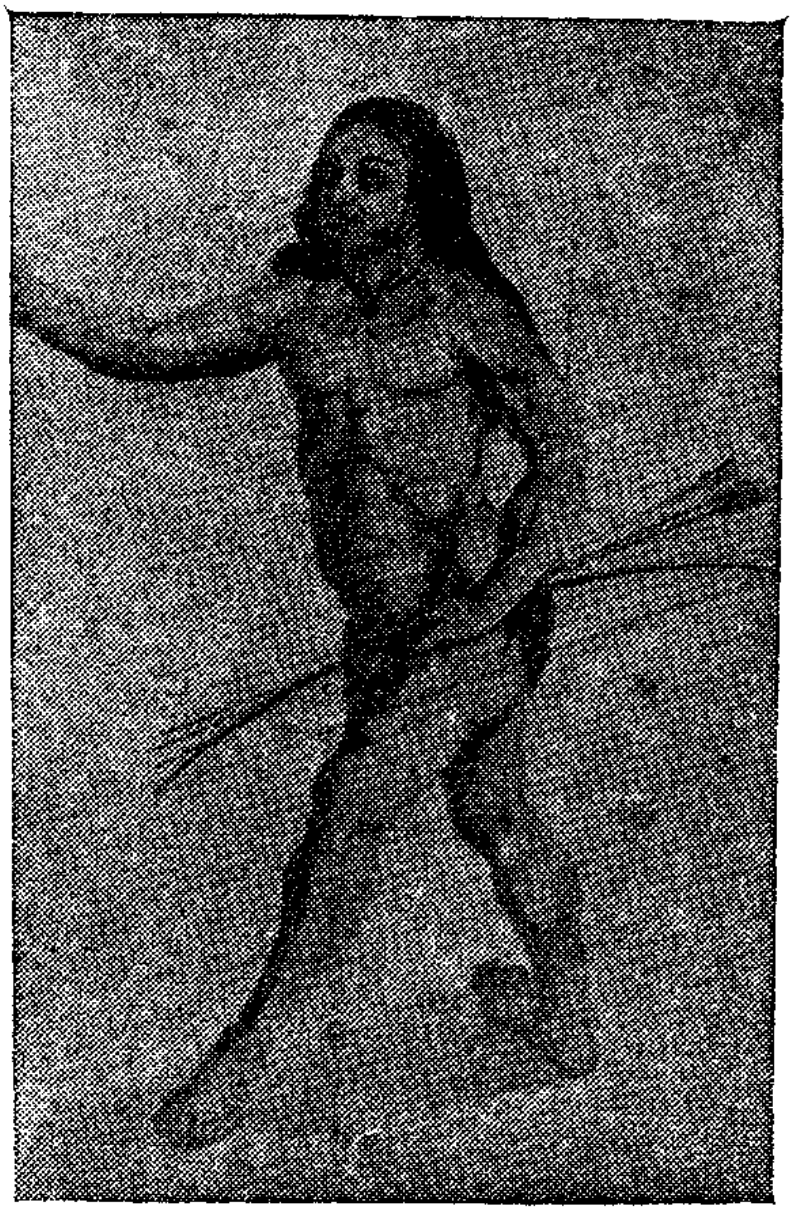
Entre os estrangeiros imolados à sanha sanguinária dos brasis, figura o Comandante Gedeon Morris, que tanta ascendência julgava ter sôbre êles e que havia sido até então, conforme se sabe, medianeiro entre brancos e filhos do País.

Existiam então no Ceará apenas duas povoações de índios tupis avassalados: uma situada a duas horas do Fortim e a outra a quatro.

"Os habitantes, dizia Van Han em sua carta de 17 de abril de 1683, têm duas aldeias, uma grande e uma pequena. Uma delas está a duas horas de viagem daqui e a outra a quatro, cada uma tem o seu principal; o da Aldeia Grande chama-se Diogo Algedor, o da pequena Koiaba" (82).

---

(82) Diogo Algedor ou Algodão é, provàvelmente, um filho de Jacaúna. O mesmo talvez que, em 1611, fôra mandado à Bahia, a instâncias de Martim Soares e que depois, com a idade de 18 anos, embarcou na Armada de Jerônimo de Albuquerque. Isso nos parece mais certo do que identificá-lo com o chefe Algodão, que se comunicou com os Pes. Figueira e Francisco Pinto na Ibiapaba, onde levara o desejo de falar aos Padres.



OS DONOS DA TERRA VIOLADA. Os índios do Ceará que combateram a entrada de Pêro Coelho de Sousa, segundo a interpretação de um artista português antigo

Quando ocorreu a 2.ª invasão neerlandesa, em 1649, os *Potiguares* acolheram com demonstrações de simpatia a Matias Beck que, valendo-se de presentes e dádivas, conseguiu viver com êles em relativa harmonia até 1654.

Vê-se, da Planta do Forte de Schoonenborch, levantada em abril de 1649, que os índios encontravam-se então reunidos em três aldeias: duas situadas à margem direita do Rio Ceará e cujos Principais eram Francisco Caraia e Francisco Aragiba, e a outra, chamada Aldeia de Pirapedoba, estava plantada um pouco mais para o interior.

A Aldeia de Pirapedoba, ou de Paraipaba, como vem designada no "Diário de Matias Beck", era, nessa época, chefiada por um tuchaua de nome João Amaniju-pitanga.

Ao ser restabelecido, em tôda plenitude, o poder lusitano no Nordeste do Brasil e entregue, a 20 de maio de 1654, a Capitania do Ceará aos portuguêses, houve uma debandada geral dos índios amigos dos batavos. Muitos *Potiguares*, receando o desfôrço dos recém-vindos, abandonaram precipitadamente o litoral, refugiando-se na Ibiapaba.

O Pe. Antônio Vieira, narrando o fato na "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", diz que os brasilienses "temendo que os portuguêses, como tão escandalizados, aplicariam as armas vitoriosas à vingança, que tão merecido tinham, e obrigados de certo rumor falso de que os brancos iam levando tudo à espada, lançaram-se cega e arrebatadamente aos bosques com suas mulheres e filhos onde muitos pereceram à mão dos *Tapuias* e os demais se encaminharam às serras de Ibiapaba, como refúgio conhecido e valhacoito seguro dos malfeitores".

O Chefe Algodão retirou-se com os seus para Camucim (83), de onde só veio a regressar dois anos depois.

Os índios mansos, que se deixaram ficar com os portuguêses, continuaram ocupando as aldeias que se localizavam nas proximidades do antigo Fortim de S. Sebastião e eram conhecidos apenas pelo nome dos chefes ou principais que as dirigiam.

A época em que se deu a mudança dêsses agregados humanos para os lugares que vieram depois a ocupar não pôde ser determinada ainda com a necessária precisão. Nenhum dos documentos coevos que conhecemos esclarece satisfatòriamente a questão (84).

---

(83) Carta do Capitão-Mor do Ceará, Domingos de Sá Barbosa a El-Rei, em 9 de fevereiro de 1656.

(84) Equivoca-se Thèberge, quando assevera que a Aldeia de Parangaba foi estabelecida por Martim Soares perto da lagoa do mesmo nome. Essa opinião é, aliás, partilhada por Cândido Mendes de Almeida em sua «Introdução às memórias para a «História do Extinto Estado do Maranhão», Rio, 1874.

Sabemos, todavia, que a idéia de solicitar a retirada das aldeias do local onde estavam e sua fusão em um único povoado, partiu dos Pes. Jacó Cócleo e Pêro Francisco Cassali, jesuítas que aqui chegaram, entre 1661 e 1662, para pregar as verdades cristãs (85). Ao formular tal pedido ao Governador de Pernambuco, sugeriam êles que todos os nativos fôssem transferidos para o sítio da *Moruga*, localizada a quatro léguas da fortaleza para o sertão.

Comandava os índios tupis do Ceará, por essa época, na qualidade de Capitão-Mor, o Principal João Algodão, chefe que lhes fôra impôsto pelos portuguêses em substituição a Francisco Cariúba.

Em 1665, já os *Potiguares*. amigos dos portuguêses, formavam uma única aldeia que, sob o nome de Bom Jesus da Aldeia de Parangaba (86), teve assento inicialmente em Mondubim, onde o Rei de Portugal mandou dar aos moradores uma légua para seu sustento.

Ao ponto onde se acha hoje, só passou, diz-nos Antônio Bezerra, quando foi, a 25 de outubro de 1759, erigida em Vila com o título de Vila Real de Arronches, pelo Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco (87).

Os Principais das aldeias dos brasilienses eram, em 1666, João Algodão e Francisco Aragiba (88), os mesmos chefes que, anos antes, tinham mandado ratificar as pazes, por êles prometidas aos colonizadores lusitanos, quando êstes recuperaram a Capitania do Ceará.

De Parangaba destacaram-se, logo depois de 1680, grupos de índios, que foram constituir as Aldeias de S. Sebastião de Paupina, que já existia em 1692, como se vê da carta escrita pelo Almotacé Antônio Luís Glz da Câmara Coutinho ao principal desta localidade.

---

(85) Provisão que o Governador da Bahia, Francisco Barreto, passou aos Pes. Missionários da Companhia, em 17 de abril de 1662.

(86) Veja-se a ordem expedida em 8 de dezembro de 1666, do Ajudante Filipe Coelho de Morais, pelo Capitão-Mor João de Melo Gusmam.

(87) Antônio Bezerra, «Algumas Origens do Ceará», Fortaleza.

(88) Êsse Francisco Aragiba não deve ser o mesmo Francisco Aragiba (N.º 1) o mais velho dos principais cearenses que, em 1649, acolheram bem a Mathias Beck e que foi pelo chefe branco encarregado de reatar as amizades dos batavos com os **Tobajaras**, rôtas por ocasião do grande levante dos índios da Capitania. Deve, sim, ser aquêle de que fala Antônio Mendes, Cabo das tropas de Pernambuco, em seu requerimento ao Rei, feito em 28 de novembro de 1659. Nêle diz o peticionário ser Francisco Aragiba grande servidor e vassalo de S. M., na Capitania do Ceará, «onde com tanto valor tem defendido e defende as terras de S. M.»

Dela se originaram também Caucaia, a que dirigiam parentes ou descendentes de Algodão (89) e a Aldeia Nova de Pitaguari, ou Parnamirim, cujos habitantes lhe foram, mais tarde, por volta de 1735, reincorporados. Isso foi feito em virtude da Ordem Régia, de 22 de outubro daquele ano, mandando os Religiosos da Companhia de Jesus se encarregarem das seis aldeias de índios existentes, no distrito da Freguesia do Ceará, que ficariam reduzidas a quatro.

Tais núcleos demográficos já existiam em 1694. Quatro — Caucaia, Parangaba, Paupina e Parnamirim — eram índios tupis e dois de *Jaguaribaras*. Tôdas estavam fartamente habitadas, como se vê da carta de Morais Navarro, datada de julho de 1694, e escrita na Bahia.

Em virtude da Ordem Régia de 24 de setembro de 1758, as aldeias dos *Potiguares* passaram à categoria de Vilas. Caucaia, a 15 de outubro de 1759 com o nome de Vila Nova de Soure e Paupina a 1.º de janeiro de 1760, sob a denominação de Vila Nova de Messejana.

Os *Potiguares* cearenses, uma vez pacificados, prestaram aos portuguêses assinalados serviços. Não só figuraram ao lado dêstes conquistadores em quase tôdas as campanhas internas que aqui levaram a efeito depois de 1666, contra os tapuias *Cariris*, como foram por êles utilizados em expedições guerreiras postas em execução fora da Capitania.

Durante a luta contra o domínio holandês, Martim Soares conduziu consigo para o Arraial de Bom Jesus, em Pernambuco, numerosos guerreiros desta tribo, dêles já se tendo feito acompanhar quando fôra ao Maranhão, reconhecer os franceses que aí se haviam estabelecido.

Um contingente de *Potiguares* seguiu, em setembro de 1614, na armada de Jerônimo de Albuquerque, que demandava a Ilha de S. Luís, e outro, não menos numeroso e aguerrido, embarcou na frota de Alexandre de Moura com igual destino.

Em 1691, eram os homens válidos de Parangaba e Paupina requisitados pelo Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida ao Governador-Geral, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, a fim de servirem sob suas ordens na chamada Guerra dos Bárbaros, independentes da jurisdição do Capitão-Mor do Ceará.

---

(89) Os Algodões, logo que se instituiram as Aldeias de Parangaba e Paupina, aparecem cognominados Soares Algodão.

É o primeiro, João Soares Algodão, desde o ano de 1665, segundo José Soares Algodão em 1705, terceiro, Sebastião Soares Algodão em 1739, quarto, João Soares Algodão, e êste ainda em 25 de outubro de 1759, na inauguração da vila nova Real de Arronches, para cujo govêrno é eleito juiz ordinário (A. Bezerra).

No ano seguinte, o Governador Câmara Coutinho louva, em carta aos Principais de Parangaba e Paupina, o grande valor e a fidelidade com o que os seus comandados se haviam portado na guerra, prometendo levar o fato ao conhecimento do Rei.

Os habitantes dessas duas aldeias cedo receberam, do Govêrno lusitano, terras para as suas lavouras, pois já em fevereiro de 1699, recomendava o Monarca ao nôvo Governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, que não consentisse em extorsões de terras aos índios de Paupina e Parangaba.

A 2 de junho de 1718, Manuel da Fonseca Jaime concedeu, por data de sesmaria, ao Chefe Algodão e mais índios de Parangaba, uma posse de terra na Serra de Maranguape (B. de Studart).

Anteriormente, a 25 de fevereiro de 1707, Gabriel da Silva Lago dera a Tomé Dias, principal dos índios de Parangaba, por data de sesmaria, tôdas as sobras das terras existentes desde a Lagoa Caracu (Acaracuzinho), correndo para a Serra de Sapupara e pela costa da Serra de Maranguape (Pe. R. da Cunha).

Por O. R. de 23 de novembro de 1741, e assentimento da Junta das Missões de Pernambuco, se mediu e demarcou para êles mais uma légua de terras em quadro de três mil braças (B. de Studart).

Aos índios de Paupina se fêz, a 12 de janeiro de 1722, mercê de terras na Serra de Pacatuba.

Em 20 de abril do mesmo ano, Manuel Francês concedeu ao chefe e mais moradores da Aldeia Nova, por data de sesmaria, as terras que cultivaram ao pé da Serra de Pitaguari, as faldas daquela serra até encontrar com a data dos índios de Paupina na Serra de Pacatuba, e do dito Pitaguari até a Serra de Sapupara (B. de Studart).

TRIBOS SERRANAS. Dominavam os altiplanos da Ibiapaba os *Tobajaras* ou *Tabajaras*, índios da língua geral e afiliados dos *Tupiniquins*, que aí se haviam estabelecido muitos lustros antes da conquista do Ceará.

O território sujeito às suas armas estendia-se até às proximidades da atual Cidade de Camucim, sendo as aldeias em que habitavam numerosas e vastas.

As malocas mais importantes da tribo eram, ao tempo da 1.ª tentativa de ocupação da nossa terra, comandadas por Irapuan e Jurupariaçu (90), o grande chefe a quem o Pe. Vieira chama Taguaibunuçu (91).

(90) A vida de Jurupariaçu constitui um interessante capitulo da nossa história colonial. É Diabo Grande, em 1604, a alma da resistência aos Portuguêses, defendendo com infatigável constância e energia as terras da Ibiapaba, contra as investidas de Pêro Coelho e sua tropa.

(91) Tagaibuçu ou Taguaibunuçu era ainda principal dos **Tabajaras** em 1649.

Como sucedera em outros cantos do Brasil, o primeiro contacto com os aventureiros portuguêses foi aqui igualmente fatal aos *Tobajaras*. Assim, a chegada de Pêro Coelho à Serra tornou-se para êles, o marco que assinala o início da derrocada material. Batidos nos sucessivos encontros que tiveram com as tropas lusitanas, de tal horror se tomaram os índios que nada menos de 70 aldeias emigraram para o Maranhão e aí pereceram vitimados pela varíola e pelo ódio dos tapuias e franceses.

"Indo nos cinquo leguas da Aldêa nos alcanssou hu mancebo que trazia novas de como erão vindos hus poucos de índios reliquias de 70 aldeas que cõ medo dos brãcos e p. se verem livres dêles fu-

---

Da luta cruenta travada entre reinóis, de um lado, e franceses e Tobajaras, do outro, e da brilhante vitória dos primeiros com o aprisionamento de dez franceses, se tem notícia pela narrativa feita no capítulo XXXVIII da «História do Brasil», de Frei Vicente do Salvador.

Do assunto se ocupou, também, o Pe. Cláudio d'Abbeville na «Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Moragnan», mas confundiu lamentàvelmente os sucessos ocorridos nas duas primeiras expedições portuguêsas que foram à Serra da Ibiapaba: a guerreira com a de catequese; a de Pêro Coelho com a de Francisco Pinto. Mais tarde, já feitas as pazes entre **Tobajaras** e conquistadores, e à sombra da taba de Diabo Grande que os acolhe com respeito, que os Pes. Jesuitas Figueira e Francisco Pinto descansam das fadigas da viagem antes de iniciarem sua obra benemérita de catequese.

Depois aparece o célebre morubixaba aliado aos soldados de Jerônimo de Albuquerque, batendo as outras tribos da região.

De Jurupariaçu, faz Catunda o seguinte e fantasioso retrato psicológico: «Era a personificação dos vícios e qualidades da raça: bravura ruidosa e teatral, retórica fácil e obscena, dissimulação, perfídia, incapacidade do bem, intelligência pronta do mal, instintos rapaces. Entenebrecia-lhe a fronte melancólica feroz, como se a voz interior lhe segredasse o martirológio de sua posteridade através da história, em cuja esfera ia aparecer, porém transfigurado pela infusão de sangue mais nobre.»

O Pe. Ivo d'Evreux pretende que Diabo Grande era mameluco, filho de um francês com uma nativa e, portanto, amigo e aliado natural dos franceses.

Isso talvez explique o incidente havido, em 1612, entre os soldados do séquito de Jerônimo de Albuquerque e os silvícolas de Jurupariaçu e de que nos dá conta Diogo de Campos Moreno.

Catunda, estribado no cronista luso, narra-o da seguinte forma:

«Continuavam, entretanto, os índios da Ibiapaba nas lutas de exterminio de uns contra outros. Para bater, senão para exterminar a uma dessas tribos inimigas, se dirigiu Jurupariaçu ao Forte de N. S. do Rosário e, feitas pazes com os portuguêses, ao Comandante pediu que lhe desse auxílio. Acompanharam-nos dois soldados que com os seus mosquetes e ajudaram a desbaratar os contrários. Obtido êsse resultado, Jurupariaçu comeu os prisioneiros, e premeditou fazer o mesmo a seus hóspedes e auxiliares como prova de gratidão; plano que deixou de realizar pela intervenção de uma de suas mulheres de nome Itabée.»

lhe fizerão guerra, ajudado-os também a peste que lhes deu", escreve o reverendo Pe. Pinto, na "Relação da Ibiapaba".

Não é êsse, porém, o único depoimento que temos acêrca do terror pânico que aos índios cearenses infundiram os componentes da bandeira paraibana. Os dizeres do Pe. Pinto coincidem perfeitamente com as informações deixadas, em seu "diário" de 1610, pelo traficante holandês Hendryck Hendryckssen d'Ackersllot (92).

Quando os holandeses invadiram o Ceará, em 1637, os *Tobajaras,* cujos chefes mais famosos então se chamavam Taguaibuçu, Caragoatai e Tiuma ou Ticuna, fizeram-se amigos e aliados dos novos conquistadores.

Capitaneados por Gedeon Morris e depois por Jacó Evans, dezenas de guerreiros dessa tribo seguiram para o Maranhão a dar girão e forão acabar no Maranhão as mãos dos tapuias e frãceses combate aos portuguêses e mesmo aos índios de sua própria nação que permaneciam fiéis à causa lusitana.

Ingratos se mostraram, porém, os filhos dos Países Baixos para com os gentios cearenses.

Batidos em S. Luís, em 1644, e daí expulsos pelas fôrças vitoriosas de Antônio Teixeira de Melo, os invasores fugiram por mar para Pernambuco, centro onde se firmara o domínio neerlandês no Brasil Norte-Oriental. De passagem pelo Ceará, alijaram de seus barcos, como uma carga incômoda, os homens que os haviam auxiliado a combater os luso-brasileiros, abandonando-os à sanha dos tapuias, seus inimigos, nas praias desertas de Camucim.

Profundamente ofendido com essa atitude tão pouco condizente com as normas de gratidão, assentaram os nativos tirar vingança. Nesse intuito, chefiados por Tiúna, dirigiram suas armas contra o reduto estabelecido pelos batavos nas margens do Rio Camucim, que corta aquelas praias. Vitoriosos, a nenhum dos soldados da guarnição do Presídio pouparam a vida. A seguir, surpreenderam também o fortim holandês de Jericoaquara, matando a todos os ocupantes.

Cinco anos depois dêsses trágicos acontecimentos que, pela segunda vez, erradicavam do solo cearense a raça branca, voltaram os holandeses ao Ceará.

Vinham agora animados do desejo de se locupletarem com as riquezas minerais que julgavam existir em pontos vários da Capitania.

---

(92) A defecção dos índios para o Maranhão pouco diminuiu o número de hordas que habitavam a Ibiapaba. Naquele extenso platô vinham constantemente aposentar-se as tribos alhures vendidas na áspera peleja contra o invasor estrangeiro ou tangidos das vizinhas capitanias do Nordeste pelas aperturas da concorrência vital. Êsse movimento emigratório, iniciado antes mesmo da época da conquista da Paraiba pelos lusitanos, tomou depois dela ainda maior incremento.

A Ibiapaba era então considerada como um dêsses pontos privilegiados e, para poderem explorá-la sem maiores tropeços, empenharam-se em firmar novas pazes com os *Tobajaras*.

Entabuladas as negociações neste sentido, por intermédio do índio Francisco Aragiba, principal dos *Potiguares*, do Ceará, cedo chegaram elas a bom têrmo e a melhor harmonia estabeleceu-se entre ambas as parcialidades.

Muito ingênuos, os gentios da Serra se deixaram de tal forma empolgar pelos brancos que quase se tornavam voluntàriamente seus escravos.

O Pe. Vieira, tratando do fato com uma natural pontinha de despeito, assim se expressa:

"Pode com tudo tanto a indústria e a manha dos holandeses que, com a dissimulação e liberalidade, tornaram depois a reconciliar os ânimos desta gente, e não só os fizeram amiga, mas a renderam e sujeitaram de maneira que quase se deixaram presidir dêles em suas aldeias, não havendo nenhuma em que não estivessem como de sentinela alguns holandeses."

Após a expulsão dêsses intrusos, os *Tobajaras* mais se arraigaram às suas grosseiras usanças, continuando, sempre, pouco inclinados a estabelecer relações de amizade com os portuguêses.

Do que se pode concluir do trecho abaixo, transcrito da "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", da autoria do citado Pe. Vieira, muitas foram as vítimas de sua ferócia.

"É tôda esta costa cheia de muitos baixos, escreve o Padre, que com o vento e correntes das águas se mudam freqüentemente; e foram muitos navios de diferentes nações que aqui fizeram naufrágio, os quais eram despejos da cobiça de crueldade e de gula dos *Tobajaras*, porque tudo o que escapava do mar vinha cair em suas mãos, roubando aos miseráveis naufragantes as fazendas, tirando-lhes as vidas, e comendo-lhes os corpos.

E depois que a experiência ensinou aos mareantes a se livrarem dos perigos da costa, inventou nêle a voracidade e a cobiça desta gente outro gênero de baixios, e mais cegos em que muitos faziam os mesmo naufrágio.

Iam os mais ladinos dêles aos navios que passavam de largo, prometiam grandes tesouros de âmbar pelo resgate das mercadorias que levavam, e quando saíam com elas em terra os compradores, sucedia-lhes o que nestes últimos anos aconteceu a uma nau da Companhia da Bôlsa, de que era Capitão Francisco da Cunha, e qual de baixo destas promessas de âmbar mandou a terra trinta soldados, e saindo da praia ao rôlo do mar outros trinta índios forçosos para os tirarem às costas assim atacados consigo os meteram mato dentro, e os matarão e cozinham com grande festa, e os come-

ram a todos não vendo os que ficaram na nau mais que o fumo dos companheiros, que não cheirava a âmbar, porque esperavam."

Em defesa do nativo poder-se-ia alegar que, depois da morte de Francisco Pinto, sacrificado à sanha sanguinária dos *Tacariús* da Serra Grande, os *Tobajaras* ficaram quase meio século sem assistência religiosa (93).

Só em 1656, foi que o Pe. Antônio Vieira, superior da Missão jesuítica do Maranhão, resolveu promover novamente a catequese daqueles gentios, para lá mandando os Pes. Pedro Barbosa de Pedroso e Antônio Ribeiro.

Assim procedendo, visava Vieira não apenas a chamar ao grêmio da Igreja novos prosélitos, mas, sobretudo, combater as idéias heréticas aí implantadas pelos índios fugitivos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Dois anos após o início das missões e graças aos incessantes esforços do Pe. Ribeiro, contava a Igreja nada menos de 2.500 catecúmenos.

Não caíra. porém. a boa semente do evangelho em terreno propício. O espírito de rebeldia, inato no índio, continuava a dominá-lo de quando em vez. Tanto é que, em 1662, dirigidos pelo Principal D. Simão Togoaibuna, amotinaram-se, expulsando as fôrças do Cabo Manuel Carvalho Fialho, que lá estava a serviço do Governador do Maranhão, Rui Vaz de Siqueira.

Nessa ocasião os Pes. Missionários acharam mais prudente abandonar a Ibiapaba e recolher-se a S. Luís, apesar da oposição obstinada e dos pedidos dos rebeldes que tudo fizeram para retê-los.

Diz-nos Bettendorf, que Manuel Carvalho fôra mandado à Serra com 25 soldados e muitos índios a pretexto de ver se os missionários necessitavam de algum socorro mas, em verdade, para resgatar âmbar para aquela autoridade administrativa (94).

---

(93) Os **Tobajaras** foram os primeiros silvícolas da Ibiapaba a terem contacto com os Jesuítas. Doutrinaram-nos os Pes. Luís Figueira e Francisco Pinto, em 1607, mas sem resultados apreciáveis.

No decorrer dessa missão de paz perdeu a vida o Pe. Francisco Pinto.

(94) Na ocasião dêsse levante um tuchaua de nome André Catai, ou Caroatahi, e mais 400 índios de sua tribo, afeiçoados aos Padres, se retiraram para o Maranhão e aí se aldearam.

Um documento datado de 12 de dezembro de 1666, diz que André Caroataí, regressando, mais tarde, ao Ceará, com intenção de ir-se estabelecer em Jericoaquara, fôra assaltado em caminho pelos **Acahamasuas**, morrendo êsse principal e quase tôda sua gente.

É interessante notar-se que meses antes, em 1660, indo o Pe. Vieira em visita às Missões da Ibiapaba, os *Tobajaras* haviam, em suas mãos, jurado vassalagem ao Rei de Portugal (95).

Durou a luta muito tempo. D. Simão, o promotor do motim, foi prêso alguns meses depois de iniciado o levante, em 1663, pelo Alferes Filipe Coelho de Morais (96), mas os índios nem por isso se submeteram.

Ainda em 1673 não estava pacificada aquela gente. Do regimento dado, em 25 de novembro dêsse ano, ao Tenente Manuel Pereira da Silva pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, para ir à Serra da Ibiapaba, consta que os missionários do Ceará lhe haviam feito presente "quanto convinha ao serviço de Deus e de S.A. irem em missão as terras da Ibiapaba a trabalharem do bem das almas da nação dos *Tobajaras* os quais estavam há anos faltos dos Sacramentos que lhe administravam os Religiosos da Companhia" (97).

Frei Francisco de Sá foi o sacerdote designado para, nessa ocasião, praticar os gentios da Serra e fazê-los reatar as relações com os portuguêses.

Missionava-os em 1692 o Pe. Melo Pedroso, que conseguiu descer com destino à Ribeira do Açu mais de 600 silvícolas dessa nação (98).

Na obra de catequese dos *Tobajaras* do Ceará. distinguiram-se, sobretudo, os Pes. Ascenso Gago, João Guedes e Rogério Corsino, em cuja administração foram expulsos os Jesuítas e criadas as vilas e vigararias dos índios.

A povoação cristã da Serra da Ibiapaba, que se desligara do Maranhão em 1720, ficando então a pertencer a jurisdição de Pernambuco, chamou-se, a princípio, Missão da Ibiapaba, e, depois, Aldeia de N. S. de Assunção da Ibiapaba.

Por proposta do Mestre-de-Campo da Conquista do Maranhão e Piauí, Bernardo Carvalho de Aguiar, e Resolução Régia de 13 de outubro de 1718, êsse núcleo demográfico conhecido, também, pelo nome de Aldeia da Serra da Ibiapaba, fôra desanexada do Govêrno do Ceará para o de Piauí.

---

(95) A história dessa missão de catequese, e das inúmeras provações sofridas pelos Padres, vem descrita em seus detalhes na obra intitulada «Voz Histórica», do célebre Pe. Antônio Vieira.

(96) Carta escrita da Bahia por Francisco Barreto em 18 de março de 1663, ao Alferes Filipe Coelho.

(97) Doc. II, publicado por Antônio Bezerra na Rev. do Inst. do Ceará, Tomo XVI, Ano 1902.

(98) Êsses índios não chegaram a seu destino. Foram situados a 10 léguas ao N. da Fortaleza de Nossa S. d'Assunção, onde passou a assistí-los o padre Ascenso Gago.

Tal ordem seria, porém, revogada mais tarde pela C. R. de 31 de outubro de 1721.

No ano seguinte, outra C. R. confirmava a primeira, isentando definitivamente da alçada do Estado do Maranhão os gentios da Serra Grande.

Por essa época, eram moradores da antiga Aldeia da Ibiapaba também os tapuias *Anacés, Arariús* e *Camacus*.

Sua elevação à categoria de Vila, sob o nome de Vila Viçosa Real, ocorreu em 7 de julho de 1759.

Aos índios da Aldeia de N. S. de Assunção da Ibiapaba doou, em 1.º de outubro de 1716, D. Lourenço de Almeida uma data de sesmaria de 2 léguas de comprido e 1 de largo (B. de Studart).

Dois anos mais tarde, em 20 de janeiro de 1718, a pedido do jesuíta Pe. Francisco Lira, Superior da Missão da Ibiapaba, Manoel da Fonseca Jayme fêz concessão de 7 léguas de terra aos indígenas da Ibiapaba, sendo duas ao Mestre-de-Campo D. José de Vasconcelos, 2 ao Capitão-Mor D. Sebastião Saraiva e 3 a D. Jacó de Souza Castro e as suas gentes (B. de Studart).

A D. José de Vasconcelos foram ainda concedidas pelo Capitão-Mor Salvador Alz. da Silva mais duas posses de terra: uma de duas léguas de comprido e uma de largo, na várzea de nome Sununga, entre o Rio Timonha e o Riacho Tauiyi, e outra de meia légua de comprido no Sítio Japebebe (B. de Studart).

Por uma Resolução Régia, de 5 de dezembro de 1620, tomada em consulta do Conselho Ultramarino, doou-se aos índios da Ibiapaba a terra que fica em cima da serra, desde a ladeira da Uruoca, até o lugar chamado Ibapiúna, à vista dos relevantes serviços que tinham prestado à Coroa (B, de Studart).

Na Serra Grande, pela parte que deita para o mar, assistiam os *Acoanças,* gentios cujo nome aparece ainda grafado *Acoanaças, Acahamacus, Camacus, Camamus* e *Aconguaças,* em documentos da era colonial (99).

As primeiras referências a tais silvícolas aparecem, em nossa história, pelas alturas de 1666 e dizem terem sido êles os autores da morte do Principal *Caroataí* e parte de sua gente, quando êstes viajavam do Maranhão para o Ceará. Tendo seguido meses antes para vizinha capitania nortista no séquito dos Jesuítas expulsos da Ibia-

(99) **Acoançu** na carta do Des. Cristóvão Soares Reimão, datada de fevereiro de 1708.

paba, na ocasião da revolta encabeçada pelo Principal Simão Tagaibuna, retornavam à nossa terra com o fito de fixar morada em Jericoaquara (100).

Informações de fonte jesuítica esclarecem terem sido pacificados pelo Pe. Manuel Pedrosa, da Companhia de Jesus, "depois de várias diligências e incríveis sustos e aldeados com os *Tobajaras* no lugar mais tarde denominado Vila Viçosa Real".

Dos *Acoanaçus*. a quem devia ter conhecido sobejamente, conta o Pe. Ascenso Gago, na Carta Ânua de 10 de outubro de 1695, por êle dirigida ao Pe. Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus e Provincial do Brasil, o seguinte: "É esta nação dos *Aconguaçus*, também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do *Tapuia Reriú*. Não comem carne humana. mas os ossos de seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro, e os viúvos se não tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com o qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro" (*Apud* Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", Tomo III, 43).

Êste retrato etnográfico é, assim, completado: "Agigantados no corpo", trazem "arcos e flechas nas mãos" e o "ijocu ou pau de matar pendente do ombro direito".

"Vivem em guerra com os *Tobajaras* e *Reriús* e dominam o caminho da Serra da Ibiapaba. para a costa do mar" (Ib: 45, 46, 65).

Em 1708, quando o Des. Cristóvão Soares Reimão chegou à Serra Grande a fim de tombar e medir as terras de sesmaria, doadas à Aldeia de Viçosa, eram em número de 200.

Loreto Couto, que, aliás, grafa *Coaçu*, em vez de *Acoanaçus*, assevera, sem esclarecer o motivo, serem êles tidos, então, em muito pouca valia pelos componentes das tribos sertanejas que habitavam o mesmo aldeamento. Viviam, outrossim, diz-nos ainda o citado autor, em permanente estado de revolta contra os *Tabajaras*, que os traziam debaixo de uma espécie de sujeição.

Há ainda alusão aos *Acoanaçus* no Roteiro de Manuel Rodrigues dos Santos, cidadão que estêve na Ibiapaba com o Des. B. C.

---

(100) Tudo isso consta do **«Regimento que a de goardar o ajudante Phelipe Coelho de Maraez nesta ocazião que vay a Jericoaguara»**, passado pelo Capitão-Mor do Ceará, João de Melo de Gusman, em 12 de dezembro de 1666, e dado à publicidada por João Perdigão de Oliveira nas páginas da Revista do Instituto do Ceará (Tomo IV, 1890..

da Gama Casco, que para lá se transportara incumbido da missão de esbulhar os Jesuítas por ordem de Pombal.

Pompeu inclui os *Acoanaçus* no grande grupo *Tarairiú*.

Viviam, também, nos altiplanos que cercam o Ceará ao ocidente, os *Tacarijus* ou *Cararijus*. Êstes íncolas tornaram-se célebres na história do Ceará por terem, em 11 de janeiro de 1608, assaltado a missão dos Padres da Campanha de Jesus e trucidado o Padre Francisco Pinto, "varão verdadeiramente religioso e de muita oração e trato familiar com Deus", no dizer de Fr. Vicente do Salvador. Sôbre a missão e a morte do Pe. Francisco Pinto leia-se ainda o Barão de Studart (101).

Sabemos que no *hinterland* cearense, provàvelmente no chapadão da Serra Grande, encontravam-se, também, os *Anaperus*, ainda que mal possamos hoje reconstituir os limites de seus domínios patrimoniais. Dividiam-se em *Anaperuaçus* e *Anaperu-mirins*, e viviam aldeados em paz com os brancos, já em 1708. Pela carta do Des. Soares Reimão, de 14 de fevereiro daquele ano, que citaremos a propósito dos *Acimis* e *Vidaes*, ficamos inteirados, outrossim, de que a tropa de 600 homens, saída do Jaguaribe para compater êstes nativos, deu, por não ter conseguido encontrá-los, "em um rancho de *Anaperuaçus*, capturado, muitos dêstes que eram da aldeia dos *Anaperu-mirins*, que estavam aldeados e de paz, procedendo tudo da ambição dos cabos em executarem as ordens, para fazerem cativeiros injustos".

O caso, — de certo modo instrutivo para os estudiosos de história porque vem, mais uma vez, demonstrar ser a cobiça ou, melhor, a ânsia de granjear escravos a qualquer preço, o principal senão único motivo das incursões contra os míseros gentios — foi julgado gravíssimo na côrte. "Ensinara a experiência, diziam as autoridades metropolitanas, ao tomarem conhecimento do assunto, que a tirania que se usa primeiro com os índios nos sertões pela nossa parte, os incita a fazer-nos guerra, que é certo a não empreenderiam, se tratássemos com mais suavidade e brandura." E para que não ficasse sem castigo o delito, mencionado na carta do Ministro, "opinava o Conselho, em parecer de 3 de julho de 1709, que Sua Majestade ordenasse ao mesmo Desembargador Soares Reimão" que, desocupando-se de tudo que tiver entre as mãos, tire logo exata devassa e prenda os culpados". Devia essa autoridade

(101) Ver Tomo IV, pág. 134 da Rev. do Inst. do Ceará. Caro lhes custou, porém, o grave crime, pois os **Tobajaras**, vingando a morte do seu **Amanaíra**, exterminaram quase por completo a tribo dos **Tacarijus**. «Apenas deixaram desta nação quem lhes conserve o nome e a memória», escreve o Pe. Vieira.

remetê-lo "com o processo das suas culpas presos para a Relação da Bahia para nela serem sentenciados conforme a gravidade do seu crime, e sendo necessário passar fora do destrito em que está para melhor averiguação da verdade o possa fazer pagando-se os seus salários e dos seus oficiais, à custa dos bens dos agressores que fizeram esta extorsão aos índios pondo em sua liberdade a êstes miseráveis, constado da devassa foram injustamente cativos".

Ignoramos se o parecer do Conselho logrou ser tomado em consideração e determinada a punição dos implicados. O certo é que, se assim foi, em nada modificou a Ordem Régia a situação dos nativos.

Bandos de *Anaperus* vagavam igualmente pelas margens do Parnaíba onde os encontrou, em 1679, o Pe. Pier Gonsalvi quando, em companhia do Pe. Gonçalo Veras e Irmão João de Almeida, subia aquêle grande rio nordestino. Segundo uma nota deixada pelo primeiro daqueles sacerdotes, eram êles muito andejos, ou, como diz o próprio informante, freqüentemente "mudavam de sítio". O Pe. Serafim Leite, que nos dá a conhecer o fato, observa que o Catálogo de Cunha Rivara traz duas Cartas Régias em que fala dos *Anaperus*. São elas:

a) "Carta Régia de 27 de janeiro de 1703 ao Governador do Maranhão, aprovando o que fêz de mandar um missionário da Companhia bem provido, aos índios da nação *Anaperu*, que habitam pelo Rio Parnaíba acima, nas costas dos Lençóis, os quais haviam feito petição para descer para os Distritos da Cidade do Maranhão (Bibli. de Évora, cod. CXV/2-18 f. 287).

b) C. R. de 16 de abril de 1709, ao Governador do Maranhão sôbre a guerra que se há de fazer aos índios *Anaperus* que mataram ao Ajudante Manuel dos Santos e a seis Religiosos (Bibli. de Évora, cod. CXV/2-18 fl. 414).

Do relatório apresentado, no correr de 1751, pelo Bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, naquela época exercendo o cargo de Ouvidor do Maranhão, se vê que os *Anaperus* piauienses, chamados ali *Anapurus* estavam então aldeados junto ao Parnaíba, sendo seu missionário um padre da Companhia de Jesus.

Nas terras altas da Bacia do Acaraú habitavam os *Aperiús*, os *Acriús* e os *Arariús*.

Um dos mais remotos documentos que tratam dêstes últimos silvícolas, aliás também chamados *Areriús*, *Irariús* e *Irarijus*, em outros papéis antigos, data de 1694. É a Patente de Capitão de Infantaria dada, em 20 de julho do citado ano, a Francisco Dias Carvalho, pelo Capitão-Mor Fernão Carrilho. Nela se diz que os indígenas haviam sofrido fortíssima guerra ao tempo do Capitão-Mor

Bento Corrêa de Figueiredo (102), ou seja, em 1674, "onde se mataram muitos e cativaram seus filhos e mulheres". Nessa campanha, consigna ainda o documento, recebeu Dias Carvalho, que então comandava a tropa luso-brasileira, ferimentos de pequena gravidade.

Bento Corrêa de Figueiredo, que regista a variante *Areuru*, afirma os aludidos fatos em suas alegações de serviços, feitas ao Rei para a obtenção de mercês, esclarece, porém, que os fêz destruir "por oprimirem os gentios domésticos".

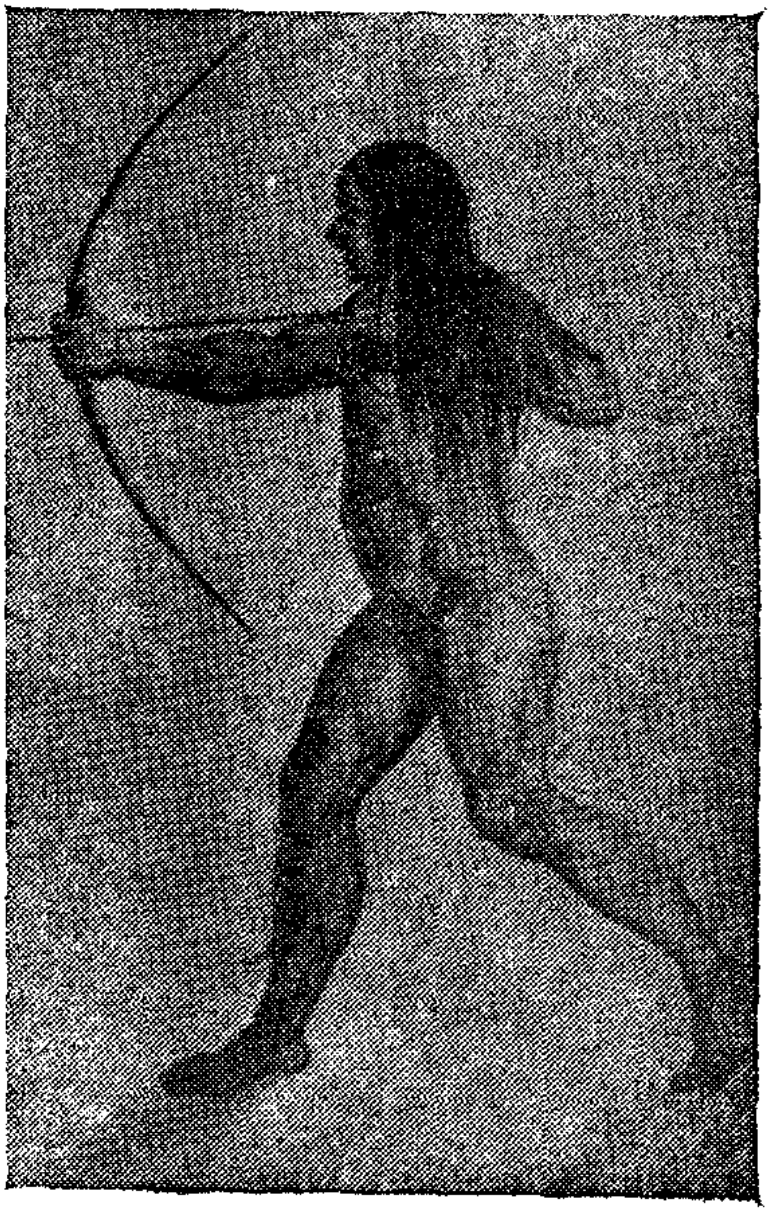
O Capitão-Mor Fernão Carrilho pretende havê-los pacificado durante o seu Govêrno, o que muito teria concorrido para tornar livre o trânsito entre o fortim de N. S. d'Assunção e a Serra da Ibiapaba. Como quer que seja, a iniciativa de seu aldeamento cabe, porém, ao do Pe. João Teixeira de Miranda, que os localizou na Meruoca, em lugar ainda não perfeitamente identificado.

O Pe. Ascenso Gago, que os denomina *Reriús*, na Carta Ânua de 10 de outubro de 1695, assegura, por sua vez, tê-los agregado à Missão da Ibiapaba.

Dá-nos, outrossim, a seu respeito, as seguintes informações complementares:

"Habita esta nação outra Serra de penedia alta e fragosa, que dista da Serra de Ibiapaba 8 léguas porém pequena em comparação dela. porque terá de comprimento 6 léguas sòmente. É esta nação gente de corso. Há entre êles 4 principais pelos quais estão repartidos os vassalos, a saber: o Principal *Timucu*, o Principal *Coió*, o Principal *Arapá* e o Principal *Guarará*. Descem a fazer suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à sua terra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não têm mais que uma mulher, a qual costumam também repudiar alguma vez, principalmente, se é preguiçosa. É nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder batalha ou dar as costas ao inimigo. Cada um dêles tem tantos nomes quantos são os inimigos que tem morto. E assim aquêle é tido por mais valente que tem mais comprida ladainha de nomes. Achei-os quando fui a primeira vez para a Serra, pôsto em guerra com tôdas as nações circunvizinhas, a saber: com os *Tobajaras*, com o Tapuia *Guanacés* e com os *Aconguaçus*."

(102) Bento Corrêa de Figueiredo sucedeu, por ordem do Governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, a João Tavares de Almeida, que falecera à frente do Govêrno do Ceará.



FREICHEIRO indígena da Ibiapaba, Ceará, século XVII. Aquarela no Museu Histórico Nacional.

Sabemos, por outros documentos oficiais, que, mesmo depois avassalados, não perderam os *Arariús* o ânimo guerreiro, pois, no ano de 1713, amotinaram-se novamente, assaltando os moradores da Ribeira do Acaraú e correndo o seu missionário a tiros.

Dando ciência do fato ao Governador de Pernambuco, Félix José Machado, em Carta-Relatório de 28 de outubro de 1713, esclarece a Câmara de Aquirás que, naquele difícil momento, as vítimas se recolheram à serra de Ibiapaba "a valerem-se das armas dos índios *Tobajaras* que estão debaixo do domínio do Pe. Ascenso Gago, da Companhia de Jesus".

Diziam, outrossim, que ficava "tôda a capitania em pêso em grandíssimo perigo e risco com bem poucas esperanças de ser bem sucedida e mais ainda com as desconfianças de que saindo uma grande tropa nossa que excede número de quinhentos homens entre brancos e índios e por Cabo Geral o Capitão de Infantaria Antônio Vieira da Silva em distância de doze léguas a conquistar êstes inimigos vão correndo por quase trinta dias sem haver notícia do que lhe terá sucedido".

A 4 de novembro do mesmo ano, dirigindo-se, mais uma vez, àquela autoridade, participava à Câmara o regresso dos expedicionários e os magros resultados por êles alcançados.

Não obstante isso, o Senado da Câmara daquela vila, escrevendo ao Des. Cristóvão Soares Reimão, 8 de fevereiro de 1714, diz que, no conflito armado ocorrido no ano anterior, os *Areriús* haviam perdido muita gente e dêles já poucos existiam.

Na ocasião da revolta de 1713, dêsse tremendo conflito racial que pôs a Capitania do Ceará a dois da ruína, rebelaram-se também os *Acriús*, destruindo casas, matando gado e obrigando os moradores do lugar a fugirem para a Ibiapaba, onde buscaram refúgio nas aldeias cristãs dirigidas pelos jesuítas.

Thèberge, que refere o fato, assegura que êsses brasileiros tiveram sua missão na barra do Riacho do Guimarães. Não nos oferece, todavia, nenhum dado preciso que fortaleça ou comprove tais afirmativas.

* * *

TRIBOS SERTANEJAS. Pervagavam ainda os chãos interiores da Capitania os *Xixirós* que, — segundo a petição endereçada ao Rei pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, solicitando pagamento de seus servidores — foram reduzidos à obediência por êle, requerente, e pelo Pe. João de Matos Serra, prefeito das missões, em 1702; os *Candandus*. aldeados na Telha e doutrinados, em 1749, por um sacerdote do hábito de S. Pedro, os *Acimis* e *Vidaes* e, finalmente, os *Caratis* ou *Caratizes*, indígenas a respeito dos quais sabemos simplesmente que eram inimigos dos *Baiacus*, ao tempo em que Morais Na-

varro andava com seu têrço em expedição de guerra pelo Nordeste. Da carta endereçada a El-Rei pelo chefe paulista, em 10 de março de 1700, consta serem os *Caratis* do número das tribos contra os quais mandara uma bandeira "por se não quererem sujeitar e confessar obediência à Sua Majestade".

A única notícia que nos chegou no tocante aos *Acimis* e *Vidaes* é a que se contém na carta do Desembargador Cristóvão Soares Reimão, datada de 14 de fevereiro de 1708. Escrita do Jaguaribe, dá conta a El-Rei das tropelias praticadas por uma tropa de 600 homens que saíra a combater êstes gentios, a quem o missivista classifica de tapuias. Pompeu pensa que êles, como os *Caratis*, habitavam a Ibiapaba.

Povo vagabundo e dado a contínuas guerras eram também os *Icós*, gentios que assistiam ordinàriamente na região que vai das margens direita do Salgado até o rio do Peixe, na Paraíba (103).

Na mesma área territorial viviam ainda os *Icòzinhos*, sem dúvida, um ramo parental dessa tribo sertaneja. Os *Icòzinhos*, que habitavam o Ceará, foram localizados na Aldeia do Miranda, atual cidade do Crato, enquanto os da Paraíba tiveram sua missão no sítio da hoje cidade de Sousa.

Os mais antigos documentos em que há menção dos *Icós*, do Ceará, datam de 1694 e referem que, à vista das depredações por êles feitas na zona do Jaguaribe, o Capitão-Mor Fernão Carrilho se vira forçado a organizar, sob a chefia de Francisco Carvalho, uma expedição para batê-los (104).

O resultado da campanha nos é desconhecido. Se a sorte das armas foi, como parece, favorável aos luso-brasileiros, tal vitória nada teve de definitivo. Na época em que Morais Navarro veio com seu têrço de Paulista para o Açu, êles ainda continuavam em pé de guerra, atacando os moradores ora só, ora unidos aos *Caratis* e *Caratiús*.

Eram, como as tribos apontadas, tão rebeldes e avessos à cultura lusitana, que o Pe. João da Costa, religioso da Congregação de S. Filipe Néri e missionário dos *Baiacus*, chegou a aconselhar àquele Mestre-de-Campo que desse sôbre êles e os exterminasse para sempre da Capitania.

---

(103) Pensa I. Joffily («Notas sôbre a Paraíba») que a tribo dos **Icós**, debaixo da denominação de **Curema** ou **Piancó**, estendia seus domínios até o rio Piancó, na Paraíba.

(104) Digo do Ceará porque já muito anteriormente o Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho enfrentara os **Icós**, que, na Paraíba, moviam à raça branca tenaz perseguição.

Os *Icós* teriam sido pacificados, em 1702, pelo Pe. João de Matos Serra, 1.º vigário colado da freguesia de S. José de Ribamar, e pelo Capitão Plácido de Azevedo Falcão, depois cabo do presídio do Jaguaribe (105).

Muitos dêles foram reunidos aos *Icòzinhos* para formar o núcleo originário da atual cidade de Sousa, na Paraíba.

Quando, em 1703, mais uma vez, se rebelaram os *Baiacus*, do Jaguaribe, levantaram-se também os *Icós*, já aldeados, e, seguidos pelos *Cariris*, mataram numerosos colonos, destruindo-lhes as propriedades.

No ano seguinte, a luta entre reinícolas e aborígines sublevados continuava cada vez mais cruenta (106).

Contra os *Icós* enviou o Capitão-Mor João da Mota, sob as ordens do Capitão Pedro Mendonça, uma tropa numerosa que os desbaratou completamente.

Contrastando com o modo de proceder de seu antecessor em relação aos *Baiacus* vencidos, determinou João da Mota que os prisioneiros, colhidos nessa expedição, fôssem escravizados sem distinção de sexo, nem idade.

Tal proceder, arbitrário, diante da legislação então vigente que assegurava ao silvícola aldeado o direito de cidadão, longe de merecer a repulsa que era de esperar por parte do Governador de Pernambuco, teve seu pleno assentimento. Em carta de 14 de fevereiro de 1705, aprovando o ato de seu subordinado, determinava com efeito aquela autoridade que o quinto de Sua Majestade — percentagem que cabia ao Rei na venda de escravos índios — fôsse vendido mesmo em Fortaleza por não "ser possível poder-se de lá mandar vir a Pernambuco sem que faça despesa a fazenda do dito Senhor, maior do que valer talvez os quintos".

O documento aludido, dizia mais: "Cassim a gente que se vender dos quintos com as mais destas prezas e da passada todos os que passarem de dez anos para cima mande Vmcê. avisar as pesoas que os leuarão e leuarem para hirem pera fora da terra ou os man-

---

(105) No ano de 1702, diz João da Costa Silva, se reduziram e aldearam 4 nações Tapuias a saber: **Icó**, **Xixiró**, **Canindé** e **Tremembé**, o que parece corroborar a notícia.

(106) Na era de 1704, diz a patente de nomeação do Sargento-Mor João de Souza de Vasconcelos, marchou ao sertão dos **Icós** a situar uma fazenda de gado, e vendo que aquêle sertão estava combatido do inimigo que se achava naquela paragem, achou de acêrto fazer uma casa forte que foi de grande utilidade para defesa dos moradores daquele sertão, gastando muito de sua fazenda com resgate e dádivas para sujeitar a paz; e na mesma era de 1704 socorreu com tropas a 300 pessoas, que marcharam a guerrear o gentio bárbaro.

dem embarcar por sua conta e nisso poderão ter maior conveniência ficando so ia; como digo, os que não pasarem de des annos; porque de outra sorte ternarão logo a fugir para o mato e não sesarão as queixas desses moradores pellos roubos que lhes fazem pois indo elles com o conhecimento da nossa terra são mais capazes para os seus desaforos; nesta forma o fara Vmcê executar com a promptidão que de Vmcê espero" (107).

A severidade da medida não entibiou, porém, o ânimo dos silvícolas e a guerra se prolongou ainda por largo tempo, devastando os sertões da Capitania.

Em 1706 aos *Icós* se vieram juntar novamente os *Cariris*, o que agravou ainda mais a já precária situação dos colonos.

De 18 de agôsto daquele ano, data uma C. R. mandando fornecer aos habitantes da Capitania do Ceará as armas necessárias às suas defesas.

Medida também inócua. porquanto no ano seguinte, a 23 de junho, os moradores da Ribeira do Jaguaribe pediram, por intermédio da Câmara de S. José de Ribamar, ao Capitão-Mor do Ceará que, em vista dos danos causados às suas pessoas e bens pelos *Icós* e *Cariris*, mandasse situar um arraial em suas terras.

Em carta de 27 de junho de 1708, o Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, dando conta ao Rei do estado da Capitania, diz que naquela época se conseguira apaziguar e reduzir à obediência a tribo dos *Icós* (106).

Sabemos, porém, por outro documento, que o próprio Gabriel da Silva Lago deu, em 20 de outubro de 1708, regimento ao Capitão Bernardo Coelho de Andrade para ir fazer guerra às nações *Icós*, *Cariris*, *Cariús* e *Caratiús*, até destruí-las, visto acharem-se tôdas gravemente comprometidas na devassa, a que mandara proceder pelo Juiz Ordinário da Capitania. Os cativos deviam ser trazidos à sua presença para dêles se tirarem o quinto de Sua Majestade, a jóia do Governador de Pernambuco, a do Capitão-Mor e repartir os mais com igualdade (Rodolfo Garcia).

Os mais recentes dados oficiais sôbre os *Icós* esclarecem-nos que êles foram pelo Capitão-Mor Manuel Francês mandados retirar para o Piauí com os *Jenipapos* e *Quixerariús* por terem tomado parte ativa na luta dos Montes e Feitosas. (Edital de 8 de março de 1726.)

---

(107) Rezisto de hu capitulo de huma carta do governador e capitão geral de Pernambuco Francisco de Castro Morais, vindo ao Capitão major desta capitania João Mota em catorze de fevereiro de 1705. Doc. publicado por J. P. de Oliveira na R. do Inst. do Ceará, vol. IV — 1890.

(108) Carta Régia ao Governador de Pernambuco a 6 de junho de 1709.

Havia, ainda, no Ceará, os *Quixelôs*, apaziguados em 1719, ano em que se nomeou para administrá-los, no temporal, o Cel. Gregório Martins Chaves, que devia tê-los sempre dispostos para o serviço de S. Majestade.

Parece, todavia, que, antes de 1707, haviam êles sido pacificados e situados pelo Pe. João de Matos Serra, quando empreendia sua 2.ª viagem missionária ao sertão cearense.

Os índios *Quixelôs* foram localizados, com outras tribos sertanejas, perto da barra do Rio Truçu, onde se constituiu a Aldeia da Têlha, de que nos ocuparemos, ao tratar dos índios *Jucás*. Em 1749 a povoação era dirigida por um sacerdote do hábito de S. Pedro.

Quase meio século mais tarde, em 1791, continuam êles aldeados na Missão da Telha, presentemente Cidade de Iguatu, e. mais, na Vila de S. Mateus.

Os índios da Telha causaram sempre preocupações e aborrecimentos aos moradores das cercanias. Foram, por isso, retirados, tempos depois, e reunidos aos *Canindés, Jenipapos* e *Baiacus*, para poviar a Vila de Monte-mor, o nôvo. da América. Mais tarde ainda, seriam êles também daí evacuados com os outros nativos para a Vila de Messejana.

Pelas cabeceiras do Curu e ribas do Quixeramobim e Banabuiú erravam os *Canindés* e *Jenipapos*.

Eram, como observa com razão Pompeu Sobrinho, índios da mesma parentela e ligados, por laços de parentesco, aos *Janduins*. Daí podermos concluir serem ambos *Tarairiús*.

Que os *Canindés* pertenciam à grei *Janduim* prova-o o seguinte documento. dado à publicidade por Ernesto Ennes (in "As guerras dos Palmares", S. Paulo, 1938, pág. 63) e divulgado por Estêvão Pinto ("Etnologia Brasileira", pág. 48):

"Em os 5 de abril dêste presente anno chegaram a esta Cidade da Bahia, Joseph de Abreu Vidal, tio de Canindé Rey dos *Janduins*, Maioral de 3 aldeias sujeitas ao mesmo Rei, e Miguel Pereira Guavejá Pequeno, Maioral de 3 aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé; e com êles o Capitão João Pais Florian Português, em nome do seu sogro putativo chamado Nhonguge Maioral da sua Aldeia, Sucuru da mesma nação Janduim e cunhado do dito Rei Canindé, etc."

Os *Canindés* figuram na história cearense a partir de 1699.

Afirma, com efeito, Afonso E. Taunay que, já em 13 de janeiro dêsse ano, D. Pedro escrevera ao Governador de Pernambuco, revelando a sua satisfação pelas notícias recebidas do Govêrno e do Bispo de Pernambuco, sôbre a pacificação dos *Canindés* pelos mis-

sionários cuja "emprêsa tão sacrossanta devia ser largamente estimulada pois de tais exemplos proviria a redenção de novas nações de gentio".

Terminava o Rei a missiva ordenando que da Fazenda Real se comprassem algumas ferramentas e outras cousas das que os gentios estimavam, e remetessem ao Capitão-Mor do Ceará. Devia êste entregá-las aos missionários a fim de as repartirem pelos índios pobres. "E não se permitisse de todo que, dentro da légua de terra destinada às suas aldeias, ninguém os molestasse — procedendo contra os que os perturbasse na posse que desfrutavam. É que sejam favorecidos em tudo para que assim se afeiçoem a viverem conosco, vendo que se reza com êles daquela igualdade que a boa razão e a justiça."

Se foram ou não cumpridas de maneira integral as ordens do Rei, ignoramos; sabemos, porém, que, no ano de 1712, já muito diminuídos em número e alquebrados, aliaram-se *Canindés* e *Jenipapos* a outras tribos irritadas contra os brancos, e assim coligados tentaram, num derradeiro esfôrço, sacudir o jugo que sôbre êles pesara sempre mais avassalador.

Venceram, porém, ainda desta vez, a fôrça disciplinada e astúcia do português e os índios pagaram com grandes perdas de vida seus anseios de liberdade.

Na ocasião do assalto à Vila de Aquirás, levantaram-se também os *Canindés* das cabeceiras do Rio Banabuiú, pondo em sério perigo a vida e a propriedade dos colonos aí radicados (109).

"A nação *Canindé*, dizia a Câmara de Aquirás, em carta de 20 de outubro de 1713, que habitava nas cabeceiras do Banabuiú, ilhargas de Jaguaribe, e é mui poderosa, e outra mais nação se tem rebelado e unido com os mais e as gentes daquelas ribeiras se tem fortificado em aldeias..." Nenhum mal lhe adveio, porém, dêsse nôvo ato de rebeldia, pois ficaram incluídos na anistia concedida pelo Governador de Pernambuco em 29 de setembro de 1713.

Em 1721, por ordem do Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, o Capitão Luís Pereira, o Comissário Clemente de Azevedo e o Coronel Manuel de Castro Caldas deram novamente combate aos Tapuias dêste nome.

Batidos no lugar chamado Boqueirão e acossados pela tropa, os indígenas fugiram, procurando guarida na Aldeia de S. João, onde assistia o Pe. Antônio Caldas Lobato, sacerdote do hábito de S. Pedro.

---

(109) Da rebeldia deu, como vimos, parte a Câmara de Aquirás não só ao Governador de Pernambuco em Carta de 28 de outubro de 1713, como também ao próprio Rei.

Desejando protegê-los, meteu-os o Padre dentro da igreja que sempre se havia mostrado em terras portuguêsas um refúgio seguro para perseguidos ou injustiçados.

De nada lhes valeu, porém, a proteção do Missionário, pois o direito de asilo não foi respeitado. Violando-o, aí os foram buscar os seus perseguidores para os arrastar comigo e os repartiram como prêsa de guerra.

O único gesto de reação do Padre foi dirigir-se ao Rei de Portugal que, informado do fato, ordenou, em C. R. de 16 de outubro de 1722, ao Governador de Pernambuco, D. Manuel Rolim de Moura, que fizesse restituir a liberdade aos Tapuias e desse baixa nos cabos que tinham ido naquela expedição, caso apurasse ter sido injusta essa campanha (110).

Já em 11 de agôsto de 1721, dois dias, portanto, antes de partir a expedição contra os *Jenipapos*, a Câmara de Aquirás representara em vão ao Capitão-Mor do Ceará mostrando a ilegalidade de semelhante emprêsa. Isso, aliás, nada influiu, como vimos, na decisão do Capitão-Mor, em mandar perseguir os nativos.

Os *Jenipapos* tomaram parte ativa no conflito havido entre os Montes e os Feitosas, como parciais dêstes. Convocados pelo Coronel Francisco Alves Feitosa, e Lourenço Alves, que eram cabos das Ribeiras dos Inhamuns e Quixelôs, os gentios, em número de 80 (e não 800 como erradamente escrevem muitos), se incorporaram às gentes dos Feitosas, cometendo os maiores desatinos contra os Montes e seus agregados.

A prática de atos tão maléficos provocou, da parte do Capitão-Mor Manuel Francês, pronta providência.

Para que os índios não mais pegassem em armas contra os brancos, resolveu o Capitão-Mor, depois de ouvida a junta de pessoas gradas da Capitania. mandá-los, bem como aos *Icós* e *Quixeraríús*, que também haviam intervindo na luta, retirar para o Piauí, à ordem do Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho de Aguiar, até ulterior deliberação de S. Majestade, El-Rei de Portugal (111).

Os *Jenipapos*, ao que parece, não se deram pressa em cumprir as ordens do Capitão-Mor, pois, no ano seguinte, em março de 1727, por determinação daquela autoridade, João de Barros Braga subiu pela Ribeira do *Jaguaribe* e foi até os limites com o Piauí, exterminando os gentios de um e outro grupo e desassombrando os moradores.

---

(110) Ver Esbôço histórico, pág. 118.

(111) Edital do Capitão-Mor Manuel Francês, publicado por Antônio Bezerra no t. XVI da Rev. do Inst. do Ceará.

O grosso da tropa expedicionária era constituído por índios *Canindés* e *Baiacus.*

Em 1731, cinqüenta casais de índios *Canindés,* aproximadamente, pediram a Duarte Sodré Pereira, Governador de Pernambuco, um missionário e a permissão para se aldearem nas cabeceiras do Choró, na passagem que chamavam Muxió. Alegavam que havia mais de vinte anos viviam no grêmio da Igreja sem terem tido missionário próprio. No mesmo requerimento solicitaram, outrossim, duas léguas de terra: uma tendo pião no ôlho d'água do Oxeiú. para fazerem sua aldeia e a outra por detrás da Serra dos Macacos, para plantarem e criarem.

O Governador, ouvido o Capitão-Mor do Ceará, concedeu, por ato de 13 de março do referido ano, a légua de terra pedido no lugar Muxió, que fica, segundo apurou A. Bezerra, entre a margem esquerda do antigo Riacho Queru, mais tarde Sitiai e, hoje, Sitiá, e à margem direita do Riacho Camará, afluente à esquerda dêste, no Município de Quixadá.

Igual solicitação fizeram os *Jenipapos,* em 21 de outubro de 1739, ao Governador de Pernambuco, Henrique Lins Pereira Freire, por intermédio do índio Miguel da Silva Cardoso.

Essa autoridade mandou-os aldear com os *Canindés,* por serem ambos da mesma língua e parentes, no Sítio chamado Banabuiú, Distrito do Jaguaribe. Determinou, outrossim, que se formasse uma companhia de Infantaria na aldeia, nomeando para comandá-la ao requerente, Miguel da Silva Cardoso.

Removida, primeiramente, para o lugar hoje denominado Aldeia Velha, próximo ao Tabuleiro d'Areia, no Município de Limoeiro, passou a povoação, em seguida, a residir no Saco da Serra da Palma ao sul da bacia do Açude do Cedro, no Quixadá, onde existem ruínas da antiga Capelinha (A. Bezerra).

Em 1740 missionava os moradores da Aldeia da Palma, então situada na Ribeira do Quixeré, têrmo da Vila de Aquirás, um sacerdote do hábito de S. Pedro.

A missão da Palma, ou de N. S. da Palma, como era conhecido o aldeamento dos *Canindés* e *Jenipapos,* aí não demorou.

De Quixadá veio ter à Serra de Baturité sendo elevada à categoria de Vila em 14 de abril de 1764, sob o nome de Monte-mor, o nôvo d'América. Em 1858, criaram-na Cidade de Baturité (112).

---

(112) «A povoação, ou antiga missão, era situada, informa-nos um conhecido autor cearense, no lugar comum (hoje Tijuca), onde existem vestigios do tempo primitivo e onde o Ouvidor achou inconveniente erigir a vila pela sinuosidade do terreno e estreiteza do platô.» Aos Jenipapos e Canindés foram ainda reunidos os **Quixelôs** e **Baiacus.**

Diz ainda Antônio Bezerra que, por ocasião de instalar-se a Vila de Monte-mor, foi proposto e nomeado por carta patente de 30 de junho de 1764. pelo Governador de Pernambuco, Conde de Vila-Flor, Capitão-Mor da nova vila o índio Miguel da Silva Cardoso, o Chefe dos *Jenipapos,* aquêle mesmo que, em 21 de outubro de 1739, pedia ao Governador um missionário para sua aldeia, e fôra aldeado com os seus no Sítio Banabuiú.

Ainda no Govêrno de Barba Alardo de Meneses (1808-1811) a Vila de Monte-mor, o nôvo, era quase tôda composta de índios e mamelucos.

Uma boa parte dos *Canindés* foi reunida aos *Sucurus* para formar a Aldeia de Boa Vista (Mamanguape, Paraíba) e missionada pelos religiosos de Sta. Teresa.

Os *Jenipapos* habitavam, entre 1720 e 1721, a Bacia do Jaguaribe, conforme se pode ver da C. R. de 16 de outubro de 1722. Refere esta o massacre que sofreram no decorrer da injusta guerra contra êles mandada fazer pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva. Os citados gentios já então estavam missionados e em paz com os brancos. Eram *Baiacus,* conforme se depreende do Bando assinado pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, em data de 9 de fevereiro de 1714, e portanto: *Tarairiús.* Reza o documento: "havendo na dita petisam por boa a pas que eu havia dado em nome de sua magestade que Deus guarde a dita nasam Payacy tanto de Mathias Seixas como do Cardoso e do *Jenipapo-asu* e da Aldeya e do Capitão-mor João de Barros..."

Tribos de menor importância eram os *Javós,* que parecem pertencer ao grupo *Tarairiús;* os *Quixariús, Quixerariús* ou *Quixereús,* que foram aldeados, parte, na missão da Telha, parte na do Miranda; os *Acarisus,* mencionados por Pompeu Sobrinho em seu trabalho sôbre Tapuias do Nordeste, e que, segundo êle, habitavam a Ibiapaba e eram *Tarairiús;* os *Quiratiiús, Carateús, Crateús* ou *Caratiús* da bacia superior do Poti; os *Quitaiaiús* e os *Ocongás* que, vivendo nos sertões vizinhos da Ibiapaba, passaram ao Piauí em fins do século XVII.

A propósito das últimas tribos citadas, dizia o Pe. Ascenso Gago, na carta ânua de 1695 a 1697: — "Fizemos nestes dois anos pazes com 3 nações de Tapuias, a saber: com os *Quiratiiús,* com os *Quitaiaiús* e com os *Ocongás,* a fim de lhes fazermos também missão. São tôdas nações de corso e dificultosíssimas de aldear. Os *Quiratiiús,* por causa de uma guerra que lhe fizeram outros Tapuias seus inimigos, em que lhe mataram e cativaram muita gente, andam ainda perturbados. Aos *Quitaiaiús* e *Ocongás* perturbaram os povoadores da Casa da Tôrre que, como zelam mais os seus gados, que o bem das almas, situaram êstes alguns currais nas suas terras,

que ficam ao pé desta Serra, para a parte do sertão, pelo que se retiraram delas os ditos Tapuias e se foram para o Rio Pará ou Parnaíba, que fica daqui distante, e os caminhos dificultosos, pela qual razão não nos é fácil já a comunicação com estas nações." (Serafim Leite, Vol. III — pág. 61.)

Pensa Pompeu Sobrinho que os *Carateiús* sejam os mesmos *Caratis*, do grupo étnico-lingüístico *tarairiú*, de que falamos. De acôrdo com o mesmo etnógrafo, Hervás, chama os *Acaricus* de *Caratiús*.

Deve-se mencionar ainda os *Tocoiús*, que viviam pelas cercanias da atual Cidade do Icó e ribas dos afluentes da margem esquerda do Salgado, que lhe ficam próximos, os *Acocis*, habitantes da bacia do riacho do mesmo nome, e os *Chibatas*, da Bacia do Chibatas, ambos tributários do Bastiões (Pompeu).

Os *Uriús*, *Ariús*, *Gariús* ou *Goariús* foram os índios com os quais concertou o Cabo Francisco Martins, da infantaria do Presídio do Ceará, um tratado provisório de paz confirmado, depois, a 29 de dezembro de 1671, pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva (113).

Para obter a necessária ratificação do ajuste, compareceu ao forte, a 24 do mesmo mês e ano, Casiendeja, Principal mais considerado desta nação, com um pequeno séquito de homens e mulheres. Registando o fato, assim o consigna a própria autoridade concessora: "E perante mim disseram que amavam e queriam a nossa amizade e que queriam ir e vir às nossas terras a qual paz lhe concedi e ajustei com êles pelo que ordeno a todos os soldados moradores e índios das nossas aldeias como também a nação dos *Jaguaribaras* os ame e se conservem com êles e lhe dêem tôda a boa passagem que puderem."

Nesta ocasião, vê-se do Bando subscrito a 4 de fevereiro de 1672, pelo mesmo Capitão-Mor, — foram êles presenteados pelos *Jaguaribaras* com muitos cativos *Baiacus*. Eram escravos que haviam colhido na guerra e que alegavam serem seus parentes. Observe-se que o insólito gesto de largueza dos nativos para com os novos aliados dos portuguêses, que poderia parecer, à primeira vista, fruto de requintada liberalidade, era apenas uma manobra solerte daquela gente. Destinava-se a burlar a ordem que lhes fôra dada pelo Capitão-Mor no sentido de apresentarem seus prisioneiros quintados, conforme o determinavam as leis vigorantes.

(113) A variante **Guriú** aparece no Bando firmado, em 4 de fevereiro de 1672. por Jorge Correia da Silva e **Goariú** no documento de 1671, em que a mesma autoridade concede paz aos ditos **Ariús.**

Índios *Ariús* foram, por volta de 1697, localizados perto de Campina Grande, por Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão-Mor de Piranhas e Piancó, e aí assistidos por um religioso de S. Antônio.

Jófili informa que êles ocupavam, na Paraíba, as margens dos Rios Pinhares, Sabugi e Alto Piranhas.

Na carta dirigida a El-Rei de Portugal, em maio de 1700, Morais Navarro alude a êstes gentios como sendo inimigos dos portuguêses.

Não conseguimos apurar que trecho da hinterlândia cearense dominavam. Parece, todavia, provável que vivessem próximo dos *Baiacus* com quem, em fins di século XVII, tentaram firmar uma aliança contra os brancos.

Foi demais, no correr de uma expedição contra os *Baiacus* que os encontrou o Cabo Francisco Martins e êstes lhe pediram paz, fazendo presente que jamais tinham tido guerra com brancos e que dêles queriam apenas a amizade.

Em 1751 havia, segundo consta do relatório de Antônio da Cruz Dinis Pinheiro, uma aldeia de *Ariús* junto ao Rio Parnaíba, fato que torna ainda mais difícil a tarefa de localizar a referida tribo em terras cearenses.

Da leitura do processo movido contra o Mestre-de-Campo Morais Navarro, se sabe da existência no Ceará dos Tapuias *Uriús Grandes* e que receberam, em 1697, ajuda dos *Baiacus*.

Acesa ia então a guerra dos Bárbaros e os *Uriús* estavam sendo perseguidos pelo Capitão-Mor Constantino de Oliveira Ledo. Disso resultou que os índios, como revide. matassem a quatro homens do séquito dêste militar entre os quais um principal *Cariri,* tomando-lhes as armas de fogo de que se achavam providos.

Anos depois, em 1700, desavieram os dois grupos tendo os *Baiacus* atacado com sucesso os seus desafetos. (Ver Carta de Morais Navarro ao Rei, datada de 11 de maio de 1700 (114).

Os *Jandoins, Janduís, Nhanduís* ou ainda *Txocaínas,* não eram índios do Ceará, nem tiveram jamais aldeamentos em terras desta capitania. "Tribo de guerra e sempre pronta para o saque e para a morte", nelas incursionavam, porém, com freqüência e, daí, o se ligarem obrigatòriamente à história colonial da nossa terra.

(114) Êstes e outros pequenos incidentes de limitado ou nenhum significado histórico ou etnográfico são aqui consignados não no intuito «de acumular datas e fatos para quem gosta de colecioná-los». mas apenas para comprovar, através de citações numerosas, a existência das tribos cujos nomes vamos registrando.

A advertência é especialmente dirigida a Herbert Baldus, autor do artigo «Etnografia», inserto no «Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros» e que tão àsperamente apreciou êste nosso trabalho, quando o publicamos pela 1.ª vez.

Seu *habitat* primitivo encontrava nos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e mesmo Pernambuco, onde compunham, como tribo, a grande nação dos *Tararyucks* ou *Tarairiyus*, de que nos falam os cronistas flamengos. Integravam-na, segundo cálculos divulgados por Laet, cêrca de 1.600 pessoas, entrando no cômputo mulheres e crianças.

O escritor citado informa, outrossim, numa larga notícia, que os *Tarairijus* se dividiam em dois grupos amigos que consideravam como sua a extensão de terra compreendida entre os cinco rios chamados *Ociúnos, Quoaouguh, Ocioro, Upanema* e *Woroiguh*. Não logramos identificar tais rios. Todavia, pela avaliação do escritor neerlandês, suas terras deviam ir até a Capitania do Ceará, região "a qual se julgavam com direitos e desejavam retomar dos portuguêses".

Jandoim era, porém. na verdade, um dêsses muitos maiorais brasileiros que transmitira o seu nome ao grupo de índios que o seguiam.

Inimigo dos portuguêses e seus aliados nativos, o chefe tapuia e sua gente aproveitaram a época em que holandeses e lusitanos disputavam violentamente a posse do nosso solo, para se bandearem com os emissários da Companhia das Índias Ocidentais, a quem serviram com lealdade e eficiência.

Para melhor ajudá-los a pôr em prática seus projetos de conquista, vieram muitos dêles habitar as proximidades do Forte Ceulen, centro de resistência e de irradiação do poder batavo no extremo nordeste brasileiro.

Sua cooperação prestante é, aliás, atestada pelo tremendo morticínio que levaram a efeito em Ferreiro Torto e, sobretudo, em *Cunhaú* e *Uruçu;* essas sangrentas tragédias tiveram, no dizer de Nieuhof, a vantagem de expurgar temporàriamente de portuguêses rebeldes a Capitania do Rio Grande do Norte.

Dêles foi o mandante e os dirigiu pessoalmente o tôrvo aventureiro israelita Jacó Rabbi (115).

---

(115) O judeu Jacó Rabbi, diz C. Cascudo, é uma figura hedionda que passa na crônica batava do Rio Grande. É um judeu de lenda clássica, sem escrúpulo, malvado, ladrão, saqueador, intrigante, covarde. É o mentor dos Jaduís, o amigo inseparável dos cariris, conselheiro e consultor político de Jaduí.

«Todos os historiadores holandeses são unânimes no julgamento sôbre êsse truculento e bestial Jacó Rabbi. Nalgumas páginas aparece o seu nome como sendo «Rabe», corvo em alemão. O judeu bem justificava o apelido. Nieuhof, contemporâneo às suas façanhas, apesar de ligeira defesa, chama-o **roover** (salteador) e **schurk** (bargante).

Foi graças ao terrível chefe tapuia que o batavo pôde, em 1634, realizar pequenas viagens de exploração ao interior da Paraíba e Rio Grande do Norte, catando minas. É bem verdade que delas nada resultou de útil para os intrusos, quer sob o ponto de vista político, quer econômico, mas concorreram para tornar conhecidos alguns trechos da hinterlândia nordestina.

Tal relêvo alcançou o bugre no conceito dos holandeses que granjeou entre êles o renome de insubstituível. É também, por um dos nossos escritores. comparado a Antônio Filipe Camarão, o célebre Poti da Reconquista, agindo em área menos ampla. "Todos os historiadores holandeses citam suas façanhas. Êle é o Jean Dovy, de Roulox Baro; o *João Dui,* do Marquês de Basto; o ilustre *Jandovius,* de Barléus. O Conde de Nassau escreve seu nome com surprêsa, fazendo valer o auxílio que lhe dava o braço invencível. E o Príncipe, letrado e fino, flamenga-lhe o nome bárbaro. Chama-o *Jande Wy.*

As correspondências para o Conselho dos XIX, mentores de Georctroyerd Westendische Companhia, vão levando para longe a glória terrível do amareba" (C. Cascudo).

Em 1639, quando o Conde João Maurício de Nassau dotou de brasões d'armas as capitanias nordestinas que lograra incorporar aos domínios da Companhia das Índias Ocidentais, foi a ema que fêz figurar nas armas do Rio Grande do Norte (116).

Ela estava ali, conforme explica Câmara Cascudo, contestando as afirmativas peremptórias de Barléus, Varnhagen, Millet de Saint-Adolphe e outros, como uma homenagem ao amigo de sempre e não para significar abundância de emas nos campos potiguares.

Expulsos os invasores batavos, os *Jandoins* embrenharam-se pelo sertão, indo habitar as Ribeiras do Açu e Apodi, onde permaneceram, comenta C. Cascudo, "agressivos, rápidos, fulminantes, assaltadores, indomáveis e cruéis". Em 24 de março de 1683, o Pe. João Duarte do Sacramento, Prepósito da Congregação do Oratório e Prefeito Apostólico das Missões, afirmava serem os *Sucurus* e os *Jandoins* "os mais ferozes de todos aquêles gentios" dos sertões de Pernambuco.

A "Memória sôbre os Índios do Brasil", escrita por Pedro Carrilho de Andrade e já referida no capítulo relativo aos *Baiacus*, fornece-nos muitos dados interessantes acêrca da vida e costumes dêsses indígenas.

Ouçamo-lo:

---

(116) Ver Luís da Câmara Cascudo. «O Brasão Holandês do Rio Grande do Norte». Natal, 1936.

"Exercitam-se desde meninos em destrezas e fôrças, como lutar, saltar, levantando grandes pesos nos ombros correm três e quatro léguas sem descansar. Desta sorte ganham prêmios que entre êles, os maiores, vem a ser môças formosas por mulheres. Finalmente correm um dia todo sem cansarem. Não tem outro exercício nem ocupação de lavoura, nem planta, trato nem distrato algum, nem ofício nem benefício.

São homens bem dispostos, sadios, sem achaques e de largas vidas que bem se podiam comparar com as cobras de quem dizem os poetas que não morrem nunca de velhas senão quando as matam.

São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes, agrestes, que a muitas levam vantagens nas fôrças, na ligeireza do correr..."

"Adonde quer que lhes anoiteça dormem deitados pelo chão, sôbre a terra ou areia pura, sem mais palha nem esteira ou cobertura alguma nem por baixo nem por cima. Nem buscam sombra de árvores nem abrigo. Mas antes, no lugar mais descoberto e patente ao ar e céu, ali se deitam acendendo fogos que parece lhes servem de alimento e assim passam as noites cantando mui contentes.

E meia hora antes de amanhecer se levantam e vão à fonte ou ao rio a banhar."

Temos ciência, ainda pelo mesmo narrador, que, nos anos de 1687 e 1688, levantaram-se os *Jandoins* nas Ribeiras do Açu, Mossoró e Apodi não deixando pedra sôbre pedra e causando a perda de milhares de cabeças de gado (117).

Os amotinados, aos quais se tinham unido várias outras tribos sertanejas, chegaram até às proximidades da Vila de Natal, tendo antes talado os chãos interiores da Capitania.

Estendendo-se a sublevação dos *Jandoins* ao Ceará, e nela se achando também comprometidos os *Baiacus,* ordenou o Capitão-Mor Luís da Fonseca que o Cabo Dias Carvalho seguisse para o Jaguaribe à frente de 700 homens para pô-los em paz.

A tropa cearense, narram as crônicas, logrou matar e cativar muitos inimigos mas o sucesso alcançado foi transitório. Tanto que,

(117) Há quem faça remontar o início da sedição ao ano de 1696, de vez que, já em 12 de abril daquele ano, mandava Pascoal Gonçalves de Carvalho, Capitão-Mor do Rio Grande, que o Coronel de Cavalaria das Ordenanças, Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, seguisse para o sertão a dar combate aos Tapuias em armas. Para outros, a revolta, também chamada **Guerra dos Bárbaros** ou **Confederação dos Cariris**, teve origem ainda mais recuada, pois seus princípios recuariam a 1683. Sendo esta luta sumàriamente descrita pelos cronistas de antanho, mesmo em seus lances mais dramáticos, ignoramos, por isso, quando, na verdade, para ela se movimentaram levas de rebeldes nativos. Sabemos apenas que foi, sem dúvida, a mais importante rebelião dos silvícolas que ocorreu no Nordeste brasileiro.

CABOCLO Trambandé, segundo uma aquarela portuguêsa do século XVIII. Trata-se de uma raridade

em 1688, para pôr côbro à situação de insegurança dominante em todo Nordeste-Ocidental, houve, como vimos anteriormente, necessidade de recorrer aos Paulistas, já famosos como terríveis preadores de índios.

Sustentam alguns autores que a campanha dos Paulistas durou 6 anos, terminando pela dispersão, morte e prisão dos combatentes nativos.

Verdade é, porém, que também êles não conseguiram dominar o levante.

Embora fragmentados em hordas que se batiam isoladamente, seguindo as táticas guerreiras que a ocasião aconselhava, formavam os insurrentes, na verdade, uma grande e poderosa fôrça militar argamassada pelo ódio e pelo desespêro.

Assim, sabemos que, num encontro havido por volta de 1694, no Baixo Jaguaribe, entre insurretos e a tropa luso-brasileira, aquêles mataram um filho de Matias Cardoso, ferindo o próprio Mestre-de-Campo; sabemos, igualmente, que não só resistiram à pressão do inimigo mas sôbre êle alcançaram vitórias de sensível importância, reveladoras da valentia com que se batiam os guerreiros nativos. Praticaram, sem dúvida, grandes feitos no decorrer da luta, mas êstes ficaram sempre ignorados. Dêles não restaram, como é natural, registro escrito e as tradições orais, porventura transmitidas de pais a filhos pelos selvagens, de há muito morreram também.

Como quer que seja, foi visando a puni-los de mais êsse crime, que Fernão Carrilho enviou para a Ribeira do Jaguaribe, a 26 de julho, uma fôrça sob o comando de Francisco Dias Carvalho, fato a que já aludimos no capítulo relativo aos *Baiacus*.

A tribo dos *Jandoins* foi, em parte, pacificada por Bernardo Vieira de Melo no ano de 1697.

Dela se utilizou, dois anos depois, Morais Navarro para perpetrar seu infame atentado contra os *Baiacus*, do rancho do maioral *Jenipapoaçu*.

Uma vez servido, deu-se pressa o Mestre-de-Campo em voltar as suas iras contra os antigos comparsas a quem acusa, perante o Rei, em carta datada de 1700, de o terem querido matar e de andarem a fazer terríveis depredações no Ceará.

Segundo o testemunho, aliás suspeitíssimo, do Sargento-Mor Pedro Lelou, ao Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo — o visionário da República de 10 de novembro de 1710 — cabe a culpa de haver induzido os silvícolas a assassinarem o Mestre-de-Campo Morais Navarro.

"Apesar da tolerância dos Padres (que os missionavam), o *Janduí* arrastou vida miserável pelo século XVII, atacando, sempre que podia, as pequenas povoações incipientes.

Incapaz dos trabalhos da paz, de ter existência sedentária, granjearia ou celeiro, eliminou-se combatendo ou preando, sem uma assimilação que para êles representava a renúncia ao seu passado truculento e saboroso de *razzias* e saques seguidos. Vieram quase ao fim do século XVIII com a mesma ferocidade tradicional."

* * *

TRIBOS DO ALTO SERTÃO. No Sul da Capitania habitavam gentios cuja audácia e bravura lhes garantia a posse e domínios das opulentas terras daquela região.

Ali se haviam localizado de longa data, entre outros, os índios *Cariuanês,* sôbre os quais sabemos apenas terem sido aldeados na Missão do Miranda com vários outros grupos aborígines; os *Carcuaçus,* que são para nós verdadeiro enigma, pois, a não ser o nome, tudo mais ignoramos a seu respeito; os *Calabaças.* das margens do Salgado, e os *Cariús,* que viviam "ao longo da ribeira que lhes herdou o nome" e em guerra constante com os *Cariris,* seus irmãos de sangue (118).

Pompeu Sobrinho, tendo em vista o fato de possuírem pequenas lavouras, e outros traços culturais que lhe são peculiares, incluiu os *Cariús* no grupo *Cariri* pròpriamente dito.

Que eram agricultores, esclarece o etnólogo cearense, sabemos pela *data de sesmaria,* concedida em junho de 1707, a João do Monte (ver vol. 4.º, pág. 88, data 231), em cujo contexto se lê: "...descoberto um Rio a quem o gentio dêste mesmo nome tem suas lavouras".

"Ora, acrescenta o mesmo Pompeu, dada a situação do *habitat* dêstes ameríncolas e o fato de não serem *Tarairiús* nem *Gês;* de praticarem a agricultura, não se podendo incluí-los entre os tupis... conclui-se, com forte razão, que eram *Cariris.*"

O Capitão Bernardo Coelho, mandado ao sertão da Capitania em 1708, devia expulsar do Ceará os *Cariús,* que se mostravam pouco dispostos a aceitar a dominação européia.

Em 1724 êstes gentios se fizeram parciais dos Feitosas e, guiados por um filho de Francisco Alves Feitosa, praticaram, de parceria com os *Jenipapos,* revoltantes atentados contra a vida e os bens dos colonos amigos da família Monte.

---

(118) Embora o têrmo Cariri seja uma denominação genérica que abrange, como se viu, tribos de diferentes nomes, mas, constitutivas de uma mesma família etno-lingüística, isso não impede que, entre elas, houvesse uma tribo Cariri, pelejando contra suas coirmãs, por motivos vários, notadamente a posse dos melhores territórios de caça ou domínio de zonas mais férteis.

Foram, com várias outras tribos, aldeados na chamada Missão do Miranda, erigida sob evocação de N. S. da Penha de França, em 1749.

Houveram aí os primeiros rudimentos da fé católica dos capuchinhos italianos a quem Frei Carlos José, Prefeito das Missões em Pernambuco, incumbira de trabalhar pela salvação das almas dos gentios cearenses.

Parte da tribo foi doutrinada na Aldeia da Telha.

Sustenta Thèberge (119) e com êle Catunda (120) e João Brígido (121) que os Cariris, na época das bandeiras, se reuniram aos emissários da célebre família d'Ávila, da Bahia, para dar caça e descer índios dos sertões cearenses.

O fato em si nada tem de extraordinário, visto como bem mais que o mosquete e arcabus do luso, concorreram para o extermínio dos primitivos brasis as mútuas inimizades e as lutas sem fim de horda contra horda, lutas que os colonizadores, muito de indústria, estimulavam e entretinham. Contesta-o, todavia, Antônio Bezerra, que prova a contento, em seu escrito intitulado "Algumas Origens do Ceará", jamais terem vindo, a êsse trecho do nosso território, agentes daquela poderosa clã baiana.

Se membros da família d'Ávila obtiveram, na hinterlândia cearense, sesmarias, nunca ali estiveram, nem mandaram representantes para colonizá-las.

Os *Cariris* foram convertidos ao catolicismo por frades Carmelitas que os aldearam nos lugares, hoje denominados Barbalha, Crato, Missão Velha e Nova (Thèberge).

Mesmo pacificados, causaram prejuízos consideráveis aos colonos em 1703 e em 1706, quando unidos aos *Icós* se puseram em rebeldia contra os brancos que, aos poucos, se iam assenhoreando de suas terras.

Passaram, por isso, a figurar no número das tribos que, em 1708, deviam ser expulsas do Ceará pelas tropas do Capitão Bernardo Coelho.

Os índios *Cariris*, do Crato, foram, em 1780, daí transferidos, pelo Ouvidor Dias e Barros, para as vilas de índios que estavam situadas próximo à sede da Capitania. Eram, já então, pouco numerosos e fàcilmente se fundiram na população local.

---

(119) P. Thèberge — «Esbôço Histórico sôbre a Província do Ceará», Parte 1.ª Ceará, 1870.

(120) J. Catunda — «Estudos de História do Ceará» — Fortaleza, 1886.

(121) J. Brígido dos Santos — «Resumo Cronológico para a História do Ceará», Paris, 1807.

Nos sertões da Capitania viviam ainda os *Jucás,* tribo cuja história é violenta e trágica.

Habitando a região dos Inhamuns, seu nome aparece, pela primeira vez, na crônica cearense, ligado, como tantas outras indígenas, à história dos Montes e dos Feitosas. famílias matutas rivais que encheram os sertões de nossa terra com seus atos de vandalismo. Partidários dos Feitosas, lhes prestaram os *Jucás* continuada assistência na terrível contenda que enlutou o Ceará Colonial e em fogo e sangue pôs os chãos interiores da Capitania.

Em 1727, agruparam êles sob a direção de um missionário nas margens do Jaguaribe, constituindo com os *Quixelôs, Quixeriús, Cariús* e *Candandus* a Aldeia da Telha, sita na Ribeira dos *Quixelôs,* então distrito da Vila dos *Icós.*

Os moradores nativos da Telha eram, ao que parece, inveterados rapinantes, pois há contra êles várias queixas do povo da região circunvizinha, à Câmara do Icó. A datada de junho de 1714 diz que se prevaleciam das saídas autorizadas pelo Ouvidor para as pescarias, para matar e roubar gados e pilhar o quanto achavam, fato que se devia atribuir à pouca ou nenhuma energia do missionário, que tolerava todos os abusos dos seus tutelados (Extratos) (122).

No ano de 1743, os *Jucás,* residentes na Telha. instigados pelos Feitosas, abandonaram em grande número a sua missão, retornando, com mulheres e filhos, à vida erradia e vagabunda. O Capitão-General de Pernambuco, informado do fato, deu ordens para dêle se tirar devassa e apurar quem havia promovido a fuga dos nativos.

Êstes deviam ser constrangidos, mesmo pela fôrça, a voltar às suas antigas moradas.

Da providência nada surtiu, ficando a missão quase despovoada (Thèberge).

Três anos depois, a 25 de junho de 1746, os moradores da Ribeira do Quixelô, reiterando suas reclamações contra roubos praticados pelos indígenas da Missão da Telha, roubos que tinham origem na fraqueza do seu missionário, que os deixava sair da aldeia a ponto de se achar a missão dêste gentio reduzida a uns 60 homens, que poucos residiam nela" (Extratos).

Os apelos incessantes dos criadores motivaram uma ordem régia com data de 20 de dezembro de 1746, mandando "que para previnir semelhantes frutos se inquirisse por êles nas devassas de janeiro de cada ano (Thèberge).

---

(122) Extratos dos assentos do antigo Senado do Icó. Coligidos nos arquivos do Icó, Aracati, Fortaleza, etc. pelo Dr. Thèberge — R. do I. do C. T. XXV.

Assistia-o, em 1749, conforme se vê da *"Relação das Aldeias"* que há no distrito dêste Govêrno de Pernambuco e Capitania da Paraíba, sujeito à Junta das Missões dêste Bispado", um sacerdote do hábito de S. Pedro.

Dezessete anos depois, por volta de 1761, foram os *Jucás* e *Cariús* que habitavam a Aldeia do Brejo, antiga Missão do Miranda, hoje Crato.

Pouco tempo os *Jucás* aí permaneceram.

Movidos por natural tendência para a vida nômade, quase todos fugiram para as matas, onde passaram a viver em completo estado de barbárie.

Só dois anos mais tarde, em 1763, conseguiu o Cel. Manuel F. Ferro, por determinação do então Governador do Ceará, José Vitoriano Borges da Fonseca, reconduzi-los à sua Missão.

A aldeia dos índios *Jucás* foi, por iniciativa do Capitão-Mor Borges da Fonseca, elevada a Vila, em 1767, com o nome de Arneirós.

A 25 de novembro do mesmo ano, representava, porém, o Senado do Icó contra a criação da Vila de Arneirós, assim como de S. Mateus porque "êstes lugares são menos convenientes que Telha e Mangabeira, que são lugares já povoados e onde há gente capaz de servir os empregos ao passo que nas outras é preciso mandar empregados do Icó".

Os *Jucás*, volvidos à sua antiga missão, em nada modificaram a existência de rapinagem e violência que dantes levavam. Viviam furtando gado e assaltando moradores das adjacências.

Êsses crimes, incessantemente renovados, acabaram por atrair sôbre êles a odiosidade dos Feitosas, que assentaram livrar-se dos antigos comparsas agora tão agressivos e incômodos.

Cada roubo praticado pelos indígenas era imediatamente seguido à eliminação violenta de um ou de muitos de sua raça.

Cientificado da grave ocorrência, o Governador de Pernambuco, D. José César de Mendes, determinou ao Ouvidor-Geral do Ceará, José da Costa Dias e Barros, que retirasse os índios da povoação da Telha, levando-os para uma das vilas de índios situadas próximo à sede administrativa da Capitania. A ordem foi executada em 1780 (Thèberge).

Pelas extremas meridionais do Ceará erravam os *Pimpões* ou *Pipipãos* que, em 1802, tiveram o seu aldeamento no lugar Jacaré, sertão da Serra Negra, sendo seu primeiro missionário Frei Vidal Frescarolo, frade Capuchinho; os *Xocós* e os *Umãos, Hurmons* ou *Huamães*, vindos ambos do Sul no declinar do período colonial.

Moradores no território do atual Estado de Alagoas e falando língua geral, os *Xocós*, já em 1746, eram domésticos e tinham sua

missão no lugar Pão de Açúcar, distrito da Vila de Penedo (123). Criada sob a invocação de N. S. da Conceição, a aldeia dêsses caboclos era, em 1749, dirigida por sacerdotes do hábito de S. Pedro (Ver a "Relação das Aldeias" que há no distrito dêste govêrno em Pernambuco) (124)

Em 1802, viviam, segundo informações deixadas por Frei Vidal de Frascarolo, alguns *Xocós*, nas cabeceiras do Piancó. Terra Nova e travessias dos Cariris-Novos (125).

Êstes eram, porém, "gentios bravos" e só seriam pacificados no ano seguinte, 1803, pelo próprio Frei Vidal, que os aldeou no Ôlho d'Água da Gameleira, Freguesia de Cabrobó, com os *Voues* e os *Umãos* que aí haviam sido localizados no correr de 1801. pelo mesmo missionário.

Para chamá-los à razão serviu-se Frei Vidal dos *Pipipões* como embaixadores, fato de que deu conta ao Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim de Azevedo Coutinho, por carta datada de 10 de janeiro de 1804.

O Presidente Dr. João Antônio de Miranda, em relatório, apresentado à Assembléia Provincial em agôsto de 1839, descrevendo a situação dêsses índios, diz: "Nos sítios que servem de limites a esta província com a da Paraíba e Pernambuco, no têrmo do Jardim, uma tribo índia (a dos *Xocós*) em distância de 6 a 8 léguas da referida Vila, os quais fazem numerosos prejuízos aos criadores da vizinhança. Tem-se feito tôda a diligência para civilizá-los mas baldos têm sido todos os esforços para êste fim empregados. Já em 1809, pelo Govêrno de Pernambuco, foi mandado Frei Ângelo, frade da Penha, para o fim de catequizá-los, e depois de ter-se zelosamente dedicado a tão louvável comissão apenas os pôde conservar alguns meses em aldeia. O mesmo tentaram debalde, alguns cidadãos do Jardim. O terreno que habitam não lhes oferece comodidades para a vida; vivem da pesca e da caça, e naqueles sítios não há lagoas, nem rios, nem abundância de caça, chegando apenas para o tabaco

(123) Ver «Informações sôbre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco» «Rev. do Inst. do Ceará». Tomo XXVII. Ano 1913.

(124) Thomaz Pompeu Sobrinho identifica os **Xocós** com os **Xucurus**, índios que, segundo êle, eram **Taraíriús**.

Não podemos aceitar semelhante aproximação diante do que consta da «Relação das Aldeias que há no distrito dêste govêrno em Pernambuco». Naquele documento é, com efeito, atribuída a qualidade de caboclos da língua geral aos citados nativos. (Ver Thomaz Pompeu Sobrinho — «Tapuias do Nordeste» in «Rev. do Inst. do Ceará», tomo LII, 1939) o que contraria formalmente a tese do emérito indianólogo.

(125) Seriam êles os mesmos **Socós** que, em meados do século XVII, aparecem em Ilhéus e foram reduzidos à obediência pelo Pe. Gonçalo do Couto, da Companhia de Jesus. Julgamos isso pouco provável, uma vez que os **Socós** eram índios que, segundo o Pe. Serafim Leite, não falavam a língua geral.

de que são muito apaixonados e pouco mel e cêra que apanham, donde se deduz não haver vantagem alguma que os convide para aldearem-se, tendo sido estas as vistas do referido sacerdote, cuja delicadeza e prudência os contiveram, como disse, por pouco tempo reunidos na Baixa Verde. É esta a única tribo que me persuado existir nesta província e que me informam constar de 25 homens de arco, além de mulheres e meninos, bem que pela antiguidade dela e pelo exposto me inclino a crer que muito maior deve ser o seu número."

"A razão e a humanidade exigem que chamemos êstes infelizes ao seio da religião e da sociedade. Êles conhecem e vêem freqüentemente os nossos homens, êles têm idéia de um aldeamento ou de uma povoação e visto que a ingratidão dos lugares por onde erram não tolera a sua reunião e o seu repouso, e nem seja político e próprio de cristãos expeli-los com armas, como já se tem pretendido. dessa pátria agreste que não ousam trocar pelos dissabores da sociedade, seria meu entender que os acenássemos com o Evangelho, com afagos e com todos os meios possíveis para chamá-los à Vila de Jardim, onde se curasse da sua sustentação e civilização. É necessária uma missão, são necessárias despesas; mas o objetivo é tão justo, motiva tanto interêsse e simpatias que me persuado ocupará alguns instantes a vossa atenção."

"Que importa, porém, senhores, que arranquemos êstes infelizes dos sertões em que vagam, se por ventura lhes não oferecemos vantagens que os não façam arrepender da permuta? Se hão de vir entre nós passar a vida miserável que carregam os seus irmãos civilizados, os descendentes de outros índios, se hão de vir ser expectadores e vitimas do desleixo, do abandono e da pilhagem, melhor será então deixá-los entregues à sua vida selvagem, fazendo-os internarem-se por êsses extensos bosques ou tirando-lhes pela fôrça os meios de nos fazerem prejuízos."

O apêlo do Presidente Provincial em favor dos *Xocós* não foi ouvido e os índios continuaram entregues à sua miseranda sorte. Encontrando invencíveis dificuldades para se sustentar dos produtos naturais da região, furtavam gado dos moradores da vizinhança que, em revide, lançavam mão de todos os meios para destruí-los. Alguns fazendeiros iam ao ponto de organizar, com seus agregados, verdadeiras caçadas de índios. Renovam, dêsse modo, os cruéis morticínios que, em séculos anteriores, haviam feito a glória das primeiras bandeiras paulistas.

Atocaiados como feras pelos brancos, os nativos reagiam atacando casas e viajantes que, não raro, assassinavam traiçoeiramente.

Em 1843, redobrando as perseguições movidas contra êles, os *Xocós*, unidos aos *Humons* e aos *Quipapás*, de Pernambuco, inva-

diram decididamente o têrmo de Jardim, matando os moradores, roubando e incendiando fazendas, o que fizeram nas províncias vizinhas de Pernambuco e Paraíba (126).

O epílogo do terrível drama foi ainda mais comovedor.

Tendo os prejudicados feito a comunicação dos trágicos sucessos ocorridos no Jardim, às autoridades locais, saíram das três províncias assoladas a restabelecer a ordem, fortes contingentes da guarda nacional. Não obstante as ordens que levaram, para agir com prudência, êstes se houveram com a maior crueza, desbaratando completamente os nativos.

"No decurso de abertura da Assembléia Provincial dêsse ano, o Presidente falou acêrca dêstes acontecimentos, e apreciou bem exatamente o estado de cousas; declarando que — o caso ocorrido era filho de erros antigos, e que uma política semelhante à que tiveram os sábios da Companhia de Jesus, podia remediá-los."

"Em virtude disto, os Deputados restabeleceram o diretório dos índios, que fôra criado por Ato de 3 de maio de 1757, e autorizaram o Govêrno a fazer o regulamento necessário para a sua execução; assim como a alterar as disposições dêste Diretório que se achassem em antinomia com a Constituição do Império, e com as leis do Estado."

"Mas êste decreto, datado de dias do mês de agôsto, não foi cumprido porque o Govêrno-Geral tomou a seu cargo a importante incumbência, que lhe fôra cometida pela Assembléia-Geral, de catequizar e civilizar os índios."

---

(126) O Conselheiro Araripe, ocupando-se, em sua «História da Província do Ceará», das tribos indígenas, conquista e aldeamento das mesmas e seu estado presente, narra um fato semelhante ocorrido em 1814, no Govêrno de Manuel Inácio de Sampaio, que teria mandado «um destacamento que combinado com alguma tropa vinda de Pernambuco e da Paraíba os obrigou a procurar abrigo em mais remoto sertão».

Efetivamente. A 1.º de março de 1819, escrevia Manuel Inácio de Sampaio a Luís do Rêgo Barros o seguinte:

«Vários moradores do têrmo da Vila do Crato me dirigiram há pouco o requerimento da cópia inclusa, cujo narratório se acha comprovado pela informação do Ouvidor da Comarca também junta por cópia. Por falta de registos antigos nada consta nesta Secretaria a respeito do que em outras semelhantes ocasiões se tem praticado para expulsar o Gentio, de quem se queixam; mas a tradição geral combina exatamente com o que propõe o Ouvidor da Comarca na sua informação. Tenho por tanto ordenado a Gregório do Espírito Santo que passe a perseguir aquêle Gentio, prendendo os que puder colhêr, e afugentando os outros. Dignando-se V. Ex. querer concorrer para o sossêgo dos povos limítrofes das três Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, livrando-os daquele flagelo, seria para desejar que V. Ex. ordenasse ao Oficial encarregado por V. Ex. desta comissão, que se entendesse com o sobredito Gregório do Espírito Santo, assim como também com o Oficial, que da parte da Capitania da Paraíba tiver uma semelhante ordem.» («Revista do Arquivo Público» — 1.º Semestre — Pernambuco — 1946.»)

"Foi restabelecido, pois, pelo Ministério, o Diretório, o qual foi em seguida instalado nesta Província, sendo nomeado Diretor-Geral o Capitão-Mor Joaquim José Barbosa. No Jardim foi incumbido dessa missão o maior inimigo dos índios, o Coronel Simplício, sendo, por conseguinte, bem triste a lembrança dessa nomeação, que dando-lhes antes um carrasco do que um administrador. Todavia, bem ou mau grado dêles, conseguiu reuni-los em aldeia, perto ou naquela Vila, onde se conservaram até o ano de 1846, época calamitosa em que, havendo falta absoluta de meios para sustentá-los, foram autorizados a retirarem-se para onde melhor lhes aprouvesse, a fim de proverem os meios de sustentar a sua existência, como lhes fôsse possível. Voltaram então outra vez às florestas."

"O diretório dos índios, restabelecido nesta Província, durou pouco. Não havia mais índios a aldear, senão as tribos de que já falamos."

"Os bens das antigas aldeias tinham sido invadidos por novos proprietários, que já se achavam de posse dêles de longa data; houve ainda litígios a êste respeito. mas como o Govêrno-Geral reconhecesse, por fim, a pouca conveniência dessa criação em certas províncias, revogou a lei relativamente a elas, entrando o Ceará neste número, em 1848" (Thèberge).

Em 1860, existiam ainda, no têrmo de Milagres uns trinta ou quarenta índios pertencentes à tribo dos *Xocós*. Conforme refere Thèberge em carta a João Brígido, datando daquela época e publicada na "Gazeta de Notícias", de 15 de janeiro de 1930, habitavam êles a Serra de Cachorra Morta e se achavam sob a proteção de um indivíduo chamado Manuel José.

O botânico inglês Jorge Gardner, que estêve no interior do Ceará, entre 1838 e 1839, em exploração científica, conheceu os *Humons* e *Xocós* que, cumprindo o melancólico destino dos de sua raça, encontravam-se já então reduzidos à mais negra miséria.

Eis como o sábio itinerante consigna o fato em notas de viagem: "No distrito da Barra do Jardim habitam duas pequenas tribos de índios não civilizados; o seu número, porém, vai diminuindo ràpidamente; uma delas, consistindo em uns oitenta indivíduos chamados *Xocós*, a outra, dos *Humons* constando de setenta pessoas, tem as suas habitações usuais a treze léguas ao sul. Conquanto sejam geralmente de ânimo inofensivo, pouco tempo antes tinham sido surpreendidos furtando gado nas fazendas vizinhas. Aparecem ocasionalmente na Vila e consta serem de costumes imundos, na falta de melhor alimento, a devorar a cobra cascavel e outros répteis."

GRUPOS INDÍGENAS DE EXISTÊNCIA DUVIDOSA. Habitariam, também o Ceará, de acôrdo com Nélson de Sena. os *Xorós* e, segundo

o Barão de Studart, os *Cabin*das, os *Juremas*, os *Jururus* e os *Irapuás*. Êstes demorariam nas cabeceiras do Rio Jaguaribe.

Thèberge aponta, por sua vez, os *Guaios*, os *Jaburus*. *Paliés, Mandavês, Naporás, Aquigirós, Inhamuns* e *Campeós*. Segundo o mencionado autor, o primeiro, dos gentios citados, empregavam flechas ervadas e os últimos cortavam a cabeça de seus inimigos e a conduziam consigo como um sangrento troféu. Semelhavam, pois, sob êste ponto de vista a tantos outros povos primitivos da América, Ásia, África e Oceania que, por terem tais hábitos, são chamados caçadores de cabeças. Paulino Nogueira, em seu Vocabulário indígena, alude também aos *Aquirás* ou *Akirás*.

Não encontramos menção de qualquer dos nomes acima relacionados em documentos que, sôbre o assunto aqui em debate, tiveram ocasião de consultar e, por isso, hesitamos em aceitar a realidade de sua existência em terras da nossa capitania.

Devemos, porém, abrir uma exceção para os *Inhamuns* que, no dizer de Thèberge, habitavam entre os *Quixelôs* e os *Jucás*.

Do registro da patente do primeiro Capitão-Mor da Vila do Icó. Bento da Silva e Oliveira, que foi depois seu Juiz Ordinário, consta ter êle sido provido àquele pôsto como recompensa dos serviços prestados durante 20 anos nas guerras contra os *Inhamuns* (Extratos).

Sustenta Catunda que os gentios dêste nome, sendo inimigos irreconciliáveis dos *Icós*, foram por êles quase aniquilados em 1726, quando mais acesa ia a luta entre Montes e Feitosas. Thèberge, que também proclama o fato, chega até a descrever o encontro dos dois grupos rivais, encontro que teria ocorrido em S. Mateus. O fato narrado não possui, todavia, como o demonstrou A. Bezerra, qualquer cunho de autenticidade.

Certo é apenas que os silvícolas apontados sofreram sérios agravos partidos da tropa de 600 homens que saiu, em 1708, a dar caça aos Tapuias *Acimis* e *Vidaes* (Carta de Soares Reimão, de 14 de fevereiro de 1708).

Barba Alardo de Menezes. em sua "Memória sôbre a Capitania do Ceará Grande", pág. 43, inclui ainda, no rol dos indígenas cearenses, os *Pergas* ou *Peigas* e os *Panatecuremas* que, em sua opinião, assistiam próximo à Fortaleza de N. S. d'Assunção (127).

---

(127) Parece haver nisso um grande equívoco do ilustre escritor e homem público. **Panaticuremas** resulta evidentemente da aglutinação do nome de duas tribos paraibanas: a dos **Panatis** e dos **Curemas**. Algumas famílias desta última tribo estabeleceram-se na aldeia dos **Panatis**, situada junto ao Rio Piancó, e foram assistidos por Teresianos; outras viviam em aldeias dirigidos por frades Capuchinhos. Daí talvez o vocábulo mencionado por Barba Alardo.

Nos anais históricos cearenses figura o nome **Panati** apenas como o de certo

maioral Baiacu batido e morto em encontro com os portuguêses, ao tempo em que João Tavares de Almeida governava a Capitania. «E vindo o Rey Penaty dos gentios unido com os principais da nação dos Baquaes para destruir a campanha e matar e cativar os indios das Aldeias sujeitas dos Pes. da Companhia que nellas estavão dotrinando, lhe sahiu ao encontro com 40 soldados e 160 arcos de guerra estando o inimigo com mais dous mil arcos os destroir e desbaratar. Seguindo-lhe o alcanse mais de hua legua matando-lhe muita gente e ao mesmo Rey e hu filho seu e alguns principais que o acompanhavão ficando quieto com este sucesso aquelles moradores e indios sujeitos.» Petição de D. Joana de Mendonça, datada de 6 de maio de 1679.

Os **Pergas**, **Pebas**, **Peigas** ou **Pegas**, por sua vez, viviam no alto Piranhas, onde acabaram por constituir a aldeia chamada **Pega**, embora marcassem, não raro, com os seus rastos, os chãos orientais do Ceará. Tomaram, bem como os **Curemas**, parte ativa na guerra dos Bárbaros.